



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

VIVIANE VEDANA DE LIMA

RICARDO I E SALADINO
UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE ÁRABE E A
FUNDAMENTAÇÃO DA TERCEIRA CRUZADA (1189-1192)

**CHAPECÓ
2021**

VIVIANE VEDANA DE LIMA

RICARDO I E SALADINO
UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE ÁRABE E A
FUNDAMENTAÇÃO DA TERCEIRA CRUZADA (1189-1192)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciada em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador: Prof. Dr. Renato Viana Boy

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lima, Viviane Vedana de

Ricardo I e Saladino: Um estudo historiográfico sobre a criação da identidade árabe e a fundamentação da Terceira Cruzada (1189-1192) / Viviane Vedana de Lima.

-- 2021.

53 f.

Orientador: Doutor Renato Viana Boy

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Cruzadas. 2. Identidade. 3. Árabes. 4. Cristãos.
I. Boy, Renato Viana, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

VIVIANE VEDANA DE LIMA

RICARDO I E SALADINO:

**UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE ÁRABE E
A FUNDAMENTAÇÃO DA TERCEIRA CRUZADA (1189-1192)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em:
22/01/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Viana Boy

Orientador

Prof. Dr. Délcio Marquetti - UFFS

Avaliador

Prof.ª Dr.ª Samira Peruchi Moretto - UFFS

Avaliadora

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso teve início a partir de estudos desenvolvidos de forma voluntária pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre os meses de agosto de 2018 e julho de 2019. Nossa pesquisa buscou pensar as cruzadas, sendo elas um processo muito importante dentro do contexto de guerras cristãs da Idade Média. Situadas entre o século XI e final do século XIII, elas foram pensadas de forma a retomar Jerusalém para os cristãos e manter a cidade santa. Dentro disso, nosso enfoque propõe pensar a Terceira Cruzada a partir de algumas questões essenciais, a saber, a criação pelos cristãos de uma identidade árabe, a relação do rei Ricardo I, principal monarca responsável pela participação ocidental, com outras figuras presentes nessa cruzada do mundo franco e também oriental e também a conceituação de uma guerra santa. Para fins de um melhor direcionamento em nossa leitura, em suma os questionamentos que aqui levantamos são: como a identidade árabe contribuiu para a noção de guerra santa do processo cruzadístico? De que forma a criação de tal identidade levou cristãos a lutarem nas cruzadas? Tais conceitos se inserem em um debate étnico ou racial? Como podemos perceber nos eventos da Terceira Cruzada a relação entre cristãos e muçulmanos? Como resultados finais, temos que o discurso do cristianismo de retomada de Jerusalém buscou dar aos árabes uma imagem demonizada, composta por um embate étnico repleto de elementos racializados que justificassem sua guerra ser justa, santa e necessária para a continuidade da Igreja cristã.

Palavras-chave: Árabes. Cristãos. Cruzadas. Guerra santa. Identidade.

ABSTRACT

This work, here presented as an undergraduate thesis, has began with a research developed voluntarily in the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculated to the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), between august 2018 and july 2019. We intended to discuss the Crusades, a very important process to the context of holy wars in the Medieval Age. Situated between the XIth and the final of the XIIIth centuries, they tried to retake and maintain Jerusalem. Within, our scope was think about the Third Crusade starting with some essential questions, like, the creation by the christians of an arabian identity, the relationship of king Richard I, main monarch responsible for the presence of the Occident in these expeditions, with other characters from the frank and the eastern world, also present in this Crusade, and also a conceptuation of holy war. For the purpose of a better reading, mainly our questions are: how the arabian identity has helped the notion of a holy war in the cruzadistic process? How came this identity to assist the war and the participation of christians? These concepts are inserted in an ethnic or in a racial debate? How can we perceive in the events of the Third Crusade the relation between christians and muslims? As final results, we understand that the christian discourse achieving the retake of Jerusalem tried to inscript in the arábians a devilish image, made by an ethnic struggle full of racialized elements that would justify their war being fair, holy and necessary to the continuity of the Church.

Key-words: Arabians. Christians. Crusades. Holy war. Identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO DAS CRUZADAS E CRIAÇÃO DA IDENTIDADE ÁRABE..	11
1.1 Fundamentação das Cruzadas enquanto guerras santas.....	11
1.2. A criação da identidade árabe pelos cristãos.....	16
3 DISPUTAS MILITARES DA TERCEIRA CRUZADA E RELAÇÕES POLÍTICAS DE RICARDO I.....	22
2.1 Da batalha de Hattin ao massacre de muçulmanos em Acre.....	22
2.2 Espaço de poder de Ricardo I: o rei inglês entre contatos cristãos e muçulmanos.....	29
4 MUÇULMANOS COMO INIMIGOS DA CRISTANDADE: QUESTÃO ÉTNICA OU RACIAL?.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

As cruzadas formaram um processo muito importante dentro do contexto de guerras cristãs da Idade Média. Situadas entre o século XI e final do XIII, elas foram pensadas de forma a retomar Jerusalém para os cristãos e manter a cidade santa. Convocadas inicialmente em 1095, pelo papa Urbano II em Clermont, elas tiveram mais outras convocações, tendo evocado fortemente a ideia de Guerra Santa e santidade dos guerreiros. Nesse sentido, iremos apresentar o contexto da Primeira Cruzada de forma secundária, nos enfocando no objetivo principal deste trabalho, que é refletir sobre a formação de uma identidade árabe a partir de um ponto de vista cristão ocidental sobre a Terceira Cruzada. O intuito de estudarmos a Primeira Cruzada como um pano de fundo é justamente buscarmos nesse evento alguns pontos chave que serão encontrados também na Terceira, tais como a ideia de raça, o discurso pela retomada da Terra Santa, e a construção de argumentos que justificassem a guerra santa contra os árabes.

Seguindo nessa ideia, temos duas fontes que discorrem sobre o contexto da Primeira Cruzada. A primeira delas, um relato da convocação de Urbano feito por Roberto, o Monge. O documento teria sido escrito vinte anos após tal episódio, em 1115. Além dessa, temos o texto de Ekkehard de Aura sobre essa Cruzada, a *Hierosolymita*, fazendo parte da história universal que ele se propôs a escrever. Ekkehard foi um monge beneditino que buscou inserir em seus escritos suas peregrinações, e, no texto supracitado, ele descreve os distintos sinais que apontariam para o fim iminente da história, justificando o processo das Cruzadas. Com tais fontes, pretendemos pensar o contexto cruzadístico a partir de sua fundamentação.

Partindo para a questão da Terceira Cruzada (1189 - 1192), nosso foco, temos uma série de fontes. Jerusalém foi conquistada no ano de 1099, dando fim à Primeira Cruzada, e com ela foram criados outros estados latinos no Oriente, sendo eles o condado de Trípoli, o principado de Antioquia e o condado de Edessa. No ano de 1187, Jerusalém foi, no entanto, novamente perdida, tendo sido tomada na batalha de Hattin por Saladino (1138-1193). Desse contexto, trazemos o documento *De expugatione Terrae Sanctae per Saladinum*, sendo um relato de um cavaleiro sobre o momento de tomada da Cidade Santa. Além disso, temos a bula papal *Audita tremendi*, também desse ano, como uma convocação por uma nova Cruzada, promulgada pelo papa Gregório VIII. A partir disso, começou a mobilização dos cavaleiros cristãos pela Terceira Cruzada, levada a cabo em 1189. Nesse contexto, trazemos documentos pertencentes ao livro

Itinerarium peregrinorum et gesta regis Ricardi, sendo eles diversos textos que compõem a obra, buscando fazer uma exaltação da imagem de Ricardo I, rei inglês entre 1189 e 1199, e comandante principal do lado ocidental, a partir de seus feitos nessa cruzada. Não se sabe ao certo a autoria desses documentos, mas acredita-se que foram escritos em primeira mão por um cavaleiro que acompanhou o processo, e compilados posteriormente à Terceira Cruzada por um monge. Tais documentos nos ajudam a pensar como a relação de Ricardo e Saladino, sultão responsável pelos árabes, se desenvolveu, e assim perceber o exercício de poder Ricardo, seja na sua atuação política, seja enquanto comandante militar (tendo-se em vista que tais divisões se devem a um olhar historiográfico lançado sobre as fontes).

Os documentos usados neste trabalho são todos de acesso virtual, por distintas páginas da web. Todos os *Itinerarium peregrinorum*, o *Discurso de Urbano em Clermont* e também o *De expugnatione terrae sanctae per Saladinum* podem ser acessados pelo <https://sourcebooks.fordham.edu/>, um projeto da Universidade de Fordham que disponibiliza diversas fontes referentes ao período medieval traduzidas para o inglês atual. Além desses, utilizamos também a bula papal *Audita tremendi*, presente no <https://pennpress.typepad.com/pennpresslog>, um portal de divulgação de diversos textos da Universidade da Pensilvânia, também disponível no inglês contemporâneo.

Inicialmente, iremos nos pautar nas ideias propostas por Jean Flori em seu livro *Guerra Santa* para pensar a fundamentação das Cruzadas. O historiador pensa nesse processo como “filho de seu tempo” (FLORI, 2013, p.4), portanto vinculado à criação de um forte imaginário e ideário das guerras por Cristo. Nesse sentido, as Cruzadas se diferenciam das demais guerras religiosas por dois quesitos fundamentais trabalhados pelo autor. Em primeiro lugar, por terem um objetivo específico de retomar Jerusalém para os cristãos. Em segundo lugar, porque se fundamentam enquanto guerras santas, um conceito diferente que foi criado para entender as Cruzadas dentro de seu contexto específico, distinguindo-as das guerras anteriores, embora o autor defenda ao longo dessa obra que “a cruzada era mais que guerra santa, da qual tinha, porém, todas as características” (2013, p.360).

Dentro da discussão sobre guerras santas, Flori (2013, p.40) pensa que esta concepção foi desenvolvida no século XI, desembocando nas Cruzadas, num contexto onde a *jihad* já era praticada há quatro séculos. Apresentamos aqui essa questão, a ser melhor explorada no primeiro capítulo, no intuito de problematizar uma suposta novidade da guerra santa, uma vez que tal processo já era vivenciado pelos muçulmanos desde a fundação do Islamismo, embora com sua especificidade de buscar uma espiritualização em si, que trazia como uma de suas consequências a eliminação dos considerados inimigos dos muçulmanos. Trazemos também

outras diferenças essenciais entre tais guerras de cada religião: os muçulmanos buscavam em sua guerra estender o domínio de territórios para além de suas três cidades principais (Meca, Medina e Jerusalém). Já para os cristãos, as Cruzadas têm o objetivo específico de retomar Jerusalém e territórios santos da cristandade dos muçulmanos. Além disso, compreendemos que a *jihad* integrava a doutrina islâmica em si, enquanto que a guerra santa não era prevista pelo cristianismo (FLORI, 2013, p.359-360). Voltando para o contexto das guerras cristãs, as guerras justas também se diferenciam das santas, considerando que: além do que já foi anteriormente citado sobre o objetivo das Cruzadas ser a retomada de Jerusalém para os cristãos, também aqui existe uma diferença de compreensão do contato entre guerreiro e Deus. Nas guerras justas, era válido matar para se manter ou buscar a paz de Deus, mas o guerreiro estava a serviço do papado, sendo esse um intermediário divino na terra. Já na guerra santa, percebemos que os guerreiros passam a travar um contato direto com Deus, onde eles não servem mais ao papado, ou sequer ao seu rei ou senhor; agora, eles servem diretamente a Deus.

Com o estudo das fontes, percebemos uma forte evocação da imagem dos muçulmanos enquanto pagãos, infiéis e bárbaros. Partindo disso, faz-se necessária a distinção de tais conceitos, a ser realizada na segunda parte do primeiro capítulo, embora todos eles estejam ligados a uma mesma ideia: a negação daquele Deus pregado pela vertente ortodoxa do Cristianismo como seu deus. A necessidade de uma guerra iniciada apenas no século XI para retomar Jerusalém deve ser questionada, uma vez que a cidade já estava sob domínio muçulmano desde o século VII da cristandade, e que o avanço árabe em territórios francos foi barrado por Carlos Magno no século VIII. Nesse sentido, Flori (2013, p.16) entende as Cruzadas como ponto de chegada para a legitimação do uso de armas de forma sagrada contra os, assim compreendidos pelos cristãos, infiéis. Podemos fazer um parêntese aqui para pensar os primórdios da consolidação da cristandade. Ora, se os primeiros cristãos optavam por uma não violência contra seus inimigos, tomando assim o exemplo de Cristo para si, como foi possível se chegar ao ponto onde matar essas personagens era agora não só incentivado, mas também santificado? Afinal de contas, as Cruzadas trouxeram consigo a ideia de santificar os guerreiros que lutassem por Cristo para retomar Jerusalém, o que incluía matar inimigos e também o próprio fator da guerra contra esses. Dessa forma, pretendemos nos lançar ao estudo sobre a legitimidade do processo cruzadístico enquanto guerras santas a partir da criação e divulgação da identidade árabe, bem como da presença de figuras reais cristãs (e não cristianizadas, denotando uma maior conspicuidade a essas lutas).

Para os cristãos, morrer em luta contra muçulmanos era máximo martírio penitencial, como aponta Richard Fletcher (2003, p.99-100). Dessa forma, passou-se a incentivar de forma

contundente a participação de cavaleiros cristãos nas Cruzadas. Além disso, eram oferecidos privilégios para os que participassem dessas expedições. Sendo assim, não é possível se pensar no processo cruzadístico apenas como de méritos espirituais, pois questões materiais também estavam em jogo e eram oferecidas como incentivos.

Com a retomada de Jerusalém pelos muçulmanos em 1187, instaurou-se entre os cristãos uma necessidade premente de se fazer uma nova Cruzada para recuperar a Cidade Santa para a cristandade. Nesse sentido, o papa Gregório VIII fez fortes apelos aos cristãos em sua *Audita tremendi*, lembrando-os da perda de Edessa, outro território latino oriental, para os assim ditos pagãos em 1144. Dessa forma, era iminente que outra cruzada fosse empreendida para assegurar que a mais importante cidade da Cristandade fosse mantida e evitar que mais territórios latinos no Oriente caíssem.

A figura do rei inglês Ricardo surge nesse contexto como fundamental para pensar as relações políticas e militares do Ocidente com o Oriente dentro da Terceira Cruzada. Ele e o sultão Saladino mantiveram uma relação de grande respeito um com o outro, apesar de suas divergências ideológicas e confrontos militares. Nesse sentido, as fontes nos propõem a imagem de Ricardo como um rei honroso e justo, o que também é importante se levantar no estudo de que ele também assim considerava seu oponente, Saladino.

Algumas conquistas de territórios no Oriente foram fundamentais para a estratégia de se chegar até Jerusalém. Dentre eles, temos o cerco de Acre e sua posterior conquista, bem como o massacre de muçulmanos executado por cristãos com a captura deles a partir de um sítio feito à cidade. Além disso, temos também a conquista de Chipre, importante território na rota para Jerusalém. Nesse sentido, para nos ajudar a pensar nas expedições militares feitas dentro dessa Cruzada, considerando a rica exposição de detalhes que temos desses processos com os textos referentes ao *Itinerarium*, temos o terceiro volume da obra de Steven Runciman, a *História das Cruzadas* (2003) como uma análise de diversas fontes sobre o período, incluindo essa.

Ao longo da Terceira Cruzada, o rei Ricardo teve diversos imprevistos, tais como a partida para seu reino do rei Felipe II, o Felipe Augusto, da França, que esteve participando nela até a captura de Acre. Isso representava uma ameaça aos territórios ingleses, uma vez que, embora França e Inglaterra estivessem unidas pelo objetivo maior de recuperar a Terra Santa, enquanto monarquias cristãs, ainda existia entre esses reinos uma rivalidade na questão territorial. Sobre isso, as fontes atestam que a partida de Felipe foi uma grande preocupação para Ricardo, pois, embora eles tivessem feito um acordo de não ataque a territórios de seu aliado, alguns franceses desrespeitaram isso, entrando em terras inglesas. Além disso, temos

como outro fator de preocupação para Ricardo seu irmão, conhecido pelo epíteto de João Sem-Terra, que ameaçava usurpar o trono inglês enquanto Coração de Leão estava na cruzada.

Tendo exposto tais objetivos e metodologias para nosso trabalho, gostaríamos de apontar sua relevância dentro da inserção nos estudos sobre identidade do mundo muçulmano, considerando o contexto atual que busca explicações a exemplos e considerações originados num passado medieval. A comparação das migrações atuais na Europa com as invasões bárbaras, por exemplo, ou a necessidade de se fazer uma nova guerra santa contra populações estrangeiras, bem como diversas outras similaridades buscadas com um passado histórico, e impedindo as migrações árabes pelo mundo europeu ou mesmo buscando deturpar a imagem delas, constam entre os mais frequentes exemplos pensados a partir desse contexto. Sendo assim, a proposta deste trabalho de pensar a fundamentação ideológica das Cruzadas no contexto específico de disputas pelo exercício do poder entre uma autoridade europeia e outra islâmica, se insere num objetivo de refletir sobre essas disputas com uma metodologia historiográfica, distanciando de um senso comum, propagado muitas vezes sem uma reflexão mais profunda, e utilizado para justificar conflitos específicos do século XXI, que contêm sua própria historicidade.

Este trabalho também se insere na historiografia medieval produzida no Brasil atualmente. Dentro das perspectivas recentes desse campo, há uma preocupação em apresentar o potencial que tais pesquisas podem envolver, considerando-se um cenário no qual a importância, e até mesmo a validade do estudo da História Medieval em espaços onde esses contextos não foram vivenciados, são questionados. Um exemplo muito representativo sobre essa questão se deu na discussão sobre a mudança da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual foi sugerida a retirada dos conteúdos sobre Idade Média do ensino básico, tendo-se em vista que suas temáticas não seriam relevantes para um país que sequer chegou a vivenciar esse período histórico. Nessa questão, esta pesquisa dialoga com trabalhos como *Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais* (SILVEIRA, 2016) e *A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à docência* (MIATELLO, 2017), que justificam a inserção deste trabalho no contexto de questionamento sobre a validade dos estudos medievais no Brasil. Valendo-nos da atual compreensão sobre a História Medieval feita por brasileiros e no Brasil, em diálogo com a historiografia de países que também não foram palco das temáticas medievais (como os demais da América Latina, por exemplo), pensamos que alguns fatores tornam este estudo imprescindível também para tal discussão. Isso porque nosso trabalho apresenta, por exemplo, uma reflexão analítica sobre questões identitárias e disputas pelo exercício da autoridade

política durante as Cruzadas na Europa Ocidental, à parte de quaisquer nacionalismos que poderiam estar presentes nas pesquisas feitas nas regiões onde o contexto dos documentos estudados foram vivenciados. É interessante apontar que a leitura aqui feita dos referenciais bibliográficos europeus se distancia também desse contexto, portanto criticando de forma singular, conferindo um olhar próprio às fontes a partir de sua especificidade.

Por fim, ressaltamos nossa preocupação em aliar a criação de uma identidade para o mundo árabe pelos cristãos com a significação que a Cruzada ganhou enquanto uma guerra santa, estudando também a forma como o exercício de poder de Ricardo ganhou uma extensão que motivou cavaleiros cristãos a aderirem às batalhas cruzadísticas, para entendermos todos esses fatores enquanto justificativas para os cristãos estudados nas fontes sobre a legitimidade do processo cruzadístico.

2 FUNDAMENTAÇÃO DAS CRUZADAS E CRIAÇÃO DA IDENTIDADE ÁRABE

1.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CRUZADAS ENQUANTO GUERRAS SANTAS

A Primeira Cruzada foi convocada em 1095, pelo papa Urbano II, em Clermont. Nossa fonte sobre a convocação, o relato de Roberto, o Monge, cita alguns elementos fundamentais para entendermos a formação de um imaginário sobre a figura do pagão centrada nos muçulmanos. Além disso, a escrita de Ekkehard surge como uma percepção sobre os sinais de que a Cruzada teria sido incentivada pelo próprio Deus cristão, bem como uma descrição dos povos que participaram da primeira expedição do processo cruzadístico. Ele segue sua escrita após a conquista de Jerusalém pelos cruzados no ano de 1099.

Em Clermont, Urbano evocou fortemente a ideia de uma raça cristã forte. Essa imagem é tida a partir dos feitos de Carlos Magno no século VIII cristão, tendo derrotado os árabes e sendo um grande exemplo a ser seguido pela cristandade, não apenas pelo seu feito mas também pela coroação feita pelo próprio papa, Leão III, em 800. Indício dessa força que essa história exerceu sobre os cristãos é que a última versão da *Canção de Rolando*, que exalta os feitos do sobrinho de Carlos Magno na luta contra os sarracenos possivelmente teria sido escrita no ano 1100, posteriormente à primeira Cruzada. Dessa forma, evoca-se a ideia de uma disputa histórica entre cristãos e muçulmanos, entendendo-se assim a forte necessidade de lutar contra os inimigos pagãos. Nesse sentido, é feito um apelo à raça dos francos, informando que as terras cristãs do Oriente estavam sendo cada vez mais invadidas pelos pagãos, destruindo igrejas e

profanando os territórios pelos quais passaram. Sobre o discurso de Urbano a partir da narrativa de Roberto, o Monge, Flori (2013, p.317) nos aponta que “o papa não fazia aí explícita referência ao ‘protetorado de Carlos Magno’ nem à sua viagem pessoal aos lugares santos, mas a tradição relativa ao imperador, na época, estava viva o suficiente para que a associação de ideias nascesse nas mentes.” Além de Carlos Magno, o papa evoca o nome de seu filho Luís e outros reis que anteriormente teriam levado o nome cristão a terras que eram pagãs e se converteram ao Cristianismo a partir dos feitos desses reis.

Partindo disso, Urbano passa a citar os incentivos dados pela Igreja para que os cristãos aderissem à cruzada. Nesse ponto, faz-se necessário um parêntese. Para participar das Cruzadas, embora fosse dada a proteção para as posses do guerreiro, era necessário que essas posses existissem, uma vez que os cruzados deveriam pagar por seus próprios armamentos e cavalos para partirem para a Terra Santa. Para tanto, muitos deles chegaram a vender todos os seus bens para conseguir financiar as expedições das Cruzadas. Considerando tais questões, constatamos que o processo cruzadístico favoreceu uma maior troca comercial, uma vez que era imprescindível conseguir pagar as peregrinações. Além disso, temos que os senhores passaram a cobrar de seus vassalos uma ajuda financeira para suas expedições a partir do século XII. Com isso, percebemos que, embora muitos vendessem todos os seus bens para poder participar desses processos, na mesma medida muitos também acabaram enriquecendo (MORRISSON, 2011, p.8).

Também entendemos que existia um grande desconhecimento do Oriente por parte dos cristãos que participaram das Cruzadas. Morrisson (2011, p.17) apresenta que poucos eram aqueles que conheciam a língua grega, por exemplo. Já sobre o mundo árabe, eles se mostravam ainda menos conhecedores. Em comparação com os escritos dos árabes sobre o mundo ocidental, os ocidentais estavam numa posição de grande disparidade e desvantagem quanto aos conhecimentos sobre seu adversário. O interesse dos cristãos sobre as questões do mundo muçulmano os remetia mais especificamente àquilo que estava apresentado na Bíblia. Novamente pensando na questão da *Canção de Rolando*, o que temos exposto por Morrisson é que os muçulmanos eram retratados enquanto pagãos e idólatras de deuses falsos, imagem que foi fortemente divulgada dentro da Primeira Cruzada e que se perpetuou pelas demais. Sendo assim, ela menciona que “as Cruzadas favoreceram a passagem da ignorância para a deformação caricatural”.

Seguindo o que foi proposto até agora, Flori aponta no século XI um aumento na preocupação quanto às múltiplas formas de desconhecimento, negação e questionamento da

cristandade. Dessa forma, temos que quaisquer ações contra o sucessor de São Pedro e/ou a Igreja de Roma se tornaram uma ofensa à toda a cristandade, a partir de uma

identificação crescente entre a Igreja de Roma e a Igreja, entre o papado e a cristandade. A partir daí, todos os adversários do papado e das reformas a que ele deu início, especialmente após 1050, eram considerados inimigos da Igreja e partidários do Anticristo. Pode-se então com razão perguntar se a santificação dos combates travados pela causa pontifical provinha da demonização dos adversários ou da sacralização do papado (2013, p.168).

Diferentemente do que, por muito tempo, foi apontado pela historiografia, como a de Carl Erdmann, por exemplo, diversos benefícios materiais eram concedidos aos soldados de Cristo. No relato de Roberto, o Monge, há uma passagem do Evangelho no discurso de Urbano, remetendo-se aos que, por uma preocupação com sua família, não quisessem partir para as Cruzadas. Nessa passagem, Cristo teria dito que “aquele que ama pai ou mãe mais do que a mim não me é digno” (Mt 10: 37-38)¹. Além disso, ele teria dito a seus fiéis que aqueles que abdicassem de sua família em nome de Cristo, receberiam a vida eterna. Esse é um benefício espiritual fortemente evocado no discurso de convocação para as Cruzadas. E no quesito de benefícios materiais concedidos para os cruzados, ainda no escopo da primeira convocação para as Cruzadas, temos que Urbano propôs a tomada dos bens dos inimigos por parte dos cristãos, como nos aponta Flori (2013, p.325) em outra fonte sobre o discurso em Clermont, de Balderico de Bourgueil (não utilizada por nossa pesquisa): “também vos pertencerão as riquezas de vossos inimigos. Assim, vitoriosos, saqueareis seus tesouros e voltareis para casa: ou então, rubros de vosso próprio sangue, obtereis o prêmio eterno do périplo”. Flori (2013, p.315) nos aponta que, após a convocação para a Cruzada em Clermont, o papa Urbano fez diversas viagens de propaganda da mensagem cruzadística pela França e pela Itália. Podemos aqui ter uma ideia da dimensão que essa guerra ganhou, considerando que durante um ano foram feitas as pregações de Urbano e que, tendo sido feita a convocação em 1095, em 1096 iniciou-se o processo cruzadístico.

Neste ponto, faz-se necessário salientar algo quanto à questão das Cruzadas em relação à *jihad*, considerando que ambas eram guerras santificadas. Algo fundamental para se pensar nisso é que a doutrina islâmica trazia tal guerra como um de seus pilares, enquanto que dentro do cristianismo ela não aparecia como uma necessidade e se buscou acrescentá-la posteriormente, adequando sua concepção com discursos da Bíblia, a serem melhor trabalhados na parte final deste capítulo. Ambos os processos de guerra santa, tanto o cristão quanto o muçulmano, visavam lutar em nome de seu deus, buscando garantir sua soberania.

¹ Usamos aqui tradução de trecho da Bíblia presente na fonte *Discurso de Urbano em Clermont*.

Alguns pontos principais levantados por Flori (2013, p.358-359) devem ser levados em conta na comparação desses processos distintos de guerra santa, a saber: os muçulmanos tinham uma certa tolerância quanto aos judeus e cristãos de seus territórios conquistados, tendo em vista que ambas religiões já estavam consolidadas quando Maomé deu início à sua. Além disso, a *jihad* pregava lutas de conquista, enquanto que as Cruzadas eram voltadas à reconquista de Jerusalém; seriam questões equivalentes caso Meca tivesse sido conquistada por aqueles considerados infiéis pelos seguidores do Islã e os muçulmanos tivessem que lutar para recuperar essa cidade (FLORI, 2013, p.360).

Além de parte do processo de guerras santas, as Cruzadas se fundamentaram também enquanto peregrinações, e tal dimensão não pode ser reduzida. Dentro dessa concepção, pode-se entender a luta por Jerusalém enquanto uma guerra santa, e a ida para os lugares santos como peregrinação. A dimensão espiritual da ida para Jerusalém contava também como uma penitência. Além dos benefícios da peregrinação, travar uma guerra contra aqueles considerados infiéis para a cristandade para recuperar o berço cristão significava uma sacralidade em sua máxima extensão (2013, p.307).

Flori, em sua obra aqui já citada, *Guerra Santa*, trabalha a partir da perspectiva de uma mentalidade corrente entre a cristandade medieval quanto à questão de retomar a Terra Santa das mãos dos, assim entendidos, infiéis, considerando que esse território já estava em posse dos muçulmanos desde o século VII. A exemplo disso, temos que, em um texto o qual não se sabe se foi escrito em 1010 ou 1096, faz-se menção à convocação à guerra contra os “infiéis de Jerusalém” (2013, p.310), além de fazer um veemente apelo para a participação ativa dos cristãos nessa guerra, seja nos combates em si, seja na doação de bens para que esses fossem financiados,

Mas, para além disso, existem outros distintos privilégios. Hilário Franco Jr. menciona que

o principal deles, o da indulgência, concedia o perdão dos pecados, perspectiva muito atraente naquela sociedade de forte religiosidade, mais clerical que civil, na qual pecado e crime eram a mesma coisa. Fazer o voto de cruzado era se tornar "uma espécie de eclesiástico temporário" (Riley-Smith), submetido à proteção da Igreja e isento da jurisdição laica. Mais ainda, durante a Cruzada o pagamento de juros ficava suspenso e uma moratória autorizava o "soldado de Cristo" a pagar suas dívidas apenas quando da volta (1989, p.8).

Gregório VIII em sua *Audita tremendi* defendeu a ideia de que os soldados de Cristo não portassem riquezas em suas expedições, nem devessem tomar bens ilegais nesses processos. Além disso, consta a seguinte promessa em sua bula para os fiéis que aderissem às Cruzadas: “nós prometemos plena remissão de seus pecados e vida eterna para aqueles que assumem o

trabalho dessa jornada com um coração contrito e um espírito humilde e partem em penitência de seus pecados com fé verdadeira”.² Tal atitude também é associada a outro tipo de privilégios, os materiais, que, a partir de um “estatuto do cruzado” (MORRISSON, 2011, p.86) proposto no século XII, conceder alguns distintos a esses guerreiros cristãos. A partir da bula *Quantum praedecessor*, de 1145, a jurisdição laica não pesava mais sobre os cruzados enquanto eles estivessem em expedições. Isso significava que nem mesmo o rei ou o seu senhor poderiam cobrar impostos dele. Além disso, tinham direito à hospitalidade sem pagar qualquer taxa enquanto estivessem a caminho de suas peregrinações.

Considerando o exposto até agora, partimos agora para o estudo da figura dos cavaleiros, os guerreiros das Cruzadas. Seguindo tal ideia, trabalhamos na perspectiva de Flori (2005) de que as peregrinações para Jerusalém deixaram de ser um processo de penitência desarmado para se tornarem movimentos armados numa luta contra os inimigos pela Cristandade. É a partir daí que surgem as ordens de cavalaria como uma forma de organizar os guerreiros que, abdicando desse posto, passaram a servir somente a Deus. Existe aí uma forte associação com elementos bíblicos, sempre buscando remeter o processo cruzadístico a uma origem. Seja na figura de Carlos Magno, seja no “exemplo dos antigos hebreus, conquistadores da terra prometida depois do êxodo do Egito, os cruzados, abandonando um mundo de pecado, tornam-se o povo eleito de Deus, o exército de Cristo, *milites Christi*” (FLORI, 2005, p.136).

Ainda na época carolíngia, foi proibido que clérigos tivessem armas. No entanto, muitos deles infringiam tal regra, tendo forças armadas que inclusive eram postas a serviço do imperador. Com Gregório VII, papa de 1073 a 1085, por exemplo, não se sabe exatamente o sentido do serviço devido pelos fiéis à Igreja, podendo-se pensar neles enquanto também uma contribuição militar. Nesse sentido, Flori (2013, p.219) aponta que frequentemente

o *servitium* devido à Santa Sé implicava a noção de contribuição armada, destinada à defesa do patrimônio de São Pedro, à proteção ou a à recuperação de bens da Igreja ameaçados por inimigos, mas também à reconquista de territórios que haviam caído nas mãos deles.

Partindo dessa percepção sobre os diferentes sentidos empregados do serviço prestado à Igreja, podemos nos concentrar na questão sobre os *milites Christi*. Temos neles uma configuração essencial para se pensar as Cruzadas, uma vez que essa categoria surgiu para designar os legítimos soldados de Cristo. Tal denominação é fundamental para perceber a

² Todas as traduções deste trabalho foram feitas por nós. Segue o excerto original da *Audita tremendi*: “We promise full remission of their sins and eternal life to those who take up the labor of this journey with a contrite heart and a humble spirit and depart in penitence of their sins and with true faith.” Disponível em: <https://pennpress.typepad.com/pennpresslog/2013/04/medieval-monday-pope-gregory-viii-audita-tremendi-and-the-third-crusade.html>

relação entre os cavaleiros e as Cruzadas, pois podemos perceber nela um fator chave para a compreensão da guerra santa: esses cavaleiros estavam a serviço de Cristo, como seu nome aponta, e não da Igreja. Embora a Igreja se colocasse como intermediária desse contato, com auxílio dos reis cristãos para a organização das expedições militares, essa relação se dava de forma muito mais direta do que já se experienciara na história do cristianismo até então. Outro fator para pensar isso é que os cristãos que morressem em combates das Cruzadas eram santificados do momento de sua morte. Tem-se distintos relatos sobre cavaleiros mortos em combate que apareciam em visões a seus antigos companheiros de batalha para ajudá-los a vencer as próximas (FLORI, 2013, p.159).

Considerando os fatores expostos acima, percebe-se que a instituição eclesiástica expandiu de forma considerável a sua relação com os guerreiros cristãos. Tomando para si as questões que anteriormente eram deixadas por conta da instituição laica, a Igreja conseguiu aumentar de forma considerável sua influência sobre os cruzados, ganhando com sua prestação de serviços e com uma relação com a vida laica que agora passava diretamente pelas mãos eclesiásticas.

1.2. A criação da identidade árabe pelos cristãos

Intrínseca à fundamentação das Cruzadas enquanto guerras santas, faz-se imprescindível também uma análise mais cuidadosa sobre a criação da identidade árabe pelos cristãos. Com o estudo das fontes, percebemos três termos essenciais usados para fazer referência aos muçulmanos, sendo eles: pagão, infiel e bárbaro. Embora em algumas bibliografias eles possam ser referidos como hereges, não encontramos qualquer referência a esse conceito nas fontes aqui estudadas. Tendo isso em vista, partimos para um estudo mais detalhado sobre tais definições dadas aos islâmicos no período das cruzadas.

No que concerne ao estudado por este trabalho, fizemos um mapeamento de quais fontes os conceitos citados estão presentes e aqui mostramos os resultados encontrados:

Tabela 1 - Sistematização dos termos bárbaro, pagão e infiel nas fontes

Infiel	Pagão	Bárbaro
Discurso de Urbano II	----- ³	Discurso de Urbano II

³ Nas linhas traçadas, não constam referências aos conceitos pesquisados neste trabalho.

-----	-----	-----
<i>De expugatione terrae sactae per Saladinum</i>	-----	<i>De expugatione terrae sactae per Saladinum</i>
-----	<i>Audita tremendi</i>	<i>Audita tremendi</i>
<i>Itinerarium: conquista de Chipre: -----</i>	-----	-----
-----	<i>Itinerarium: cerco a Acre</i>	-----
<i>Itinerarium: captura de Acre: -----</i>	-----	-----
<i>Itinerarium: Felipe Augusto retorna para a França: ----- --</i>	-----	-----
<i>Itinerarium: massacre de muçulmanos em Acre: ----- ---</i>	-----	-----
<i>Itinerarium: Ricardo I e Saladino fazem as pazes: ----- -----</i>	-----	-----

Fonte: Elaborado pela autora

Tanto no relato de Roberto, o monge, sobre a convocação de Urbano para as Cruzadas, quanto na bula papal *Audita tremendi*, escrita pelo papa Gregório VIII em 1187, percebemos a menção do termo “bárbaro” para fazer referência aos árabes, com o acréscimo do termo “infiel” no discurso do primeiro, e “pagão” para a Terceira Cruzada. Dessa forma, consideramos essencial nos atermos à análise dessas duas fontes em específico inicialmente, para depois passarmos ao estudo da presença de tais termos nas outras fontes.

Pensando no contexto de convocação para as Cruzadas feita por ambos os papas, Urbano II e Gregório VIII, embora com uma diferença de quase um século entre um discurso e outro, entendemos que o uso dos termos “pagão” e “infiel”, embora sendo de compreensão distinta inicialmente, aqui se juntam de forma a criar uma imagem única para o inimigo muçulmano. Devemos ter em mente que outros povos também estavam em conflito com a ideologia cristã

no momento, a exemplo dos judeus. Sendo assim, o uso de múltiplos termos para se referir ao inimigo árabe é pensado de forma a criar uma imagem onde ele não seja somente infiel, pagão ou bárbaro, mas sim seja todos esses elementos juntos, responsáveis por criar um grande inimigo para a cristandade, o islamismo.

Urbano, em seu discurso em Clermont, como nos apresenta Roberto, o Monge, convoca guerreiros numa luta contra infiéis e bárbaros, usando em distintos momentos de sua fala tais termos para se referir a um único inimigo, o muçulmano:

deixe aqueles que antigamente foram acostumados a combater perversamente em guerras privadas a guerra fiel contra os *infiéis*, e trazer para um vitorioso fim a guerra que já deveria ter sido começada. Deixe aqueles que têm até aqui sido assaltantes agora se tornarem soldados. Deixe aqueles que antigamente combateram contra seus e irmãos e parentes agora lutarem contra os *bárbaros* [grifos nossos] como eles devem.⁴

A ideia trazida por Urbano nesse discurso portanto nos remete àquela aqui já apresentada de que a mentalidade da cruzada já estava presente na cristandade medieval antes mesmo da convocação para esse processo em 1095. Nesse ponto, cabe uma ressalva. Como nos apresenta o prefácio à edição brasileira de *Guerra santa* (2011, p.10) “a tese que guia a obra é aquela de que a cruzada foi o desdobramento de uma ideia cristã antiga, surgida no longínquo século IV”. Embora sejamos adeptos da ideia de Flori sobre uma mentalidade de guerra santa presente nas expedições cruzadísticas, pensamos ser algo um tanto que anacrônico vislumbrar as cruzadas como o desdobramento de um longo processo de sacralização das guerras, como se elas fossem seu ponto de chegada. Acreditamos portanto que as cruzadas, embora sejam guerras santas, não são projetadas ao longo do cristianismo, mas sim um momento singular de criação da identidade árabe enquanto justificativa para a luta contra eles.

Além disso, em seu discurso, Urbano alerta para o risco representado pelos “bárbaros” e “infiéis”, como apresentado no trecho supracitado. Tais figuras seriam responsáveis por apresentar ao Cristianismo uma grande ameaça, uma vez que elas teriam causado uma imensa desordem nas terras cristãs por onde passaram. Em suas palavras, esse povo infiel de Deus teria destruído as igrejas católicas e as humilhado, praticando seus próprios rituais nelas. Como infiéis, eles são apresentados como “malditos e estranhos a Deus” Jerusalém deveria ser recuperada por ser o próprio “centro da terra”, como demonstra a fonte anteriormente

⁴ Tradução do seguinte trecho de *Urban II: Speech at Clermont 1095 (Robert the Monk version)*: “Let those who have formerly been accustomed to contend wickedly in private warfare against the faithful fight against the infidel, and bring to a victorious end the war which ought already to have been begun. Let those who have hitherto been robbers now become soldiers. Let those who have formerly contended against their brothers and relatives now fight against the barbarians as they ought”. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/urban2a.asp>

trabalhada, e ela implorava para ser libertada, uma vez que foi lá que Cristo morreu e como também nos mostra Flori:

Roberto, o Monge, também presente em Clermont, afirma igualmente que o discurso do papa começou pela menção às “tristes notícias que nos chegaram das regiões de Antioquia e de Jerusalém”. Lá, “*uma nação maldita e estranha a Deus*” invadira as terras cristãs e as devastara com ferro e fogo, demolindo igrejas, profanando-as com seu culto idólatra, massacrando os cristãos (2013, p.317).

Já na bula papal *Audita tremendi*, Gregório VIII se refere à tomada pelos muçulmanos do estado latino de Edessa, em 1144, como uma queda do território em mãos pagãs. E também, fazendo referência à queda de Jerusalém para os muçulmanos ainda no século VII, ele acusa de ignorantes da fé cristã aqueles que não sofrem “pela magnitude dos perigos e da sua ferocidade bárbara [dos árabes] pelo sangue de cristãos”, considerando que os islâmicos teriam colocado “todo seu poder nessa causa para profanar a santidade e apagar o nome de Deus daquela terra [Jerusalém]”.⁵

Pensando no contexto de tomada de Jerusalém pelos muçulmanos em 1187, a fonte *De expugatione Terrae Sanctae per Saladinum* relata a chegada à Terra Santa de infiéis e bárbaros, seguindo os termos nela utilizados. Nesse documento, todos os eventos posteriores ao episódio são encarados como uma perversidade por parte dos muçulmanos, e os cristãos são os injustiçados da história. A perda de Jerusalém para os árabes não é entendida como uma mera redução de domínios cristãos, mas sim como uma derrota do próprio cristianismo, considerando todos os motivos já expostos até aqui para que a Terra Santa fosse considerada sua máxima prioridade. Tendo isso em mente, trazemos agora um trecho da fonte supracitada, onde esses conflitos são melhor explicitados:

nosso povo manteve a cidade de Jerusalém por quase oitenta e nove anos... dentro de pouco tempo, Saladino tinha conquistado quase todo o Reino de Jerusalém. Ele exaltou a grandeza da lei de Maomé e mostrou que, no caso, seu poder excedeu o da religião cristã.⁶

No histórico de guerras cristãs, tem-se que, dentro do Império Carolíngio, muitos inimigos tinham seu comportamento exposto de forma horrorizada, como uma forma de demonizar seus atos (FLORI, 2013, p.58). E mais, ainda nesse contexto antecessor das Cruzadas, temos que muitos santos lutando contra pagãos estavam servindo também a

⁵ Tradução dos seguintes trechos de *Audita tremendi*: “[...] from the magnitude of the dangers and their barbarous ferocity thirsting for the blood of Christians” e “adding all their power in this cause to profane the holy and erase the name of God from that land[...].”

⁶ Trecho original de *De expugatione Terrae Sanctae per Saladinum*: “Our people held the city of Jerusalem for some eighty-nine years... Within a short time, Saladin had conquered almost the whole Kingdom of Jerusalem. He exalted the grandeur of Mohammed's law and showed that, in the event, its might exceeded that of the Christian religion.” Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1187saladin.asp>

interesses materiais (FLORI, 2013, p.137). Esses elementos se juntam em prol de um grande combate contra o paganismo e, no caso das Cruzadas, significaram a santificação da guerra em busca de retomar Jerusalém das mãos dos muçulmanos.

O processo de santificação da guerra passou por distintos momentos, sendo ele um desdobramento das guerras justas. Tal questão será melhor explicitada no próximo capítulo. Por ora, nos interessa refletir sobre a guerra santa já consolidada, e perceber o papel dos seguidores do Islã, ou seja, essa figura que para os cristãos significa os infiéis, pagãos e bárbaros representados em uma única definição, a dos muçulmanos. Partindo disso, faz-se necessário agora analisar a importância da concepção escatológica para as Cruzadas.

Com o estudo das fontes, podemos perceber diversos trechos passados da Bíblia para os documentos, seja em forma de citação, seja como adaptação das ideias nela presentes. Podemos compreender tais trechos como uma busca de legitimação de seu discurso através do máximo texto sagrado para os cristãos, a Bíblia. Todo o discurso convocatório e afirmativo das Cruzadas tem como elemento central a exegese bíblica da necessidade de exterminar os inimigos da Cristandade, uma vez que, dada a concepção ocidental escatológica da época, era certo que o fim da história culminaria na volta de Jesus Cristo em Jerusalém, sendo essa a terra “onde Cristo subiu aos céus, penhor de redenção adquirido na cruz, e para onde ele voltará no fim dos tempos a fim de reinar com os seus, antes da instauração da Nova Jerusalém” (FLORI, 2013, p.308). A bula papal *Audita tremendi* reforça outra ideia trazida pela Bíblia em sua narrativa: é melhor morrer em batalha do que ver a própria nação se desintegrar (1 Mc 3:58–59). Tendo isso em mente, pensando em outra fonte aqui estudada, todos os sinais do fim da história descritos por Ecardo de Aura em sua *Hierosolymita*, por exemplo, estavam justificados e o combate aos muçulmanos que viviam em Jerusalém deveria ser levado a cabo, para que a história cumprisse seu destino e Cristo enfim retornasse para a Terra.

A *jihad* é um elemento central para os muçulmanos, sendo, portanto, a guerra santa um elemento já previsto pela própria religião. O cristianismo, no entanto, embora busque na Bíblia um discurso para legitimar a existência das Cruzadas, não menciona seu caráter violento do Antigo Testamento. Diversas eram as batalhas vivenciadas pelos hebreus, sendo elas até mesmo físicas, mas, pelo que temos sobre as fontes aqui analisadas, apenas o Novo Testamento é utilizado nos discursos em defesa das Cruzadas. Flori nos apresenta que (2013, p.16) “o cristianismo, tal como pregado nos primeiros tempos é uma religião de salvação, pacifista, que preconiza a não violência. [...] Trata-se de uma atitude e de uma ideologia diametralmente opostas às das primeiras cruzadas”. Indo além do que o historiador propõe acima, pensamos que o cristianismo vivenciado em seus primeiros séculos pode ser a representação de uma

postura não violenta, mas, a base do discurso cristão, que é o Antigo Testamento, preconiza sim a existência de um comportamento violento que é percebido também nas cruzadas.

Comparando a doutrina de Maomé com a cristã, temos que em ambas existe a esperança de ascensão ao paraíso numa vida após a morte. No entanto, existem diferenças fundamentais entre as concepções paradisíacas de uma e de outra religião presentes no cerne de ambas, principalmente a partir da visão de paraíso tida pelos muçulmanos, que era materialista por excelência. O que os muçulmanos tinham como ideal para essa vida após a morte poderia ser uma recompensa por matar ou ter sido morto por um inimigo, onde seriam abundantes as mulheres, comidas e bebidas deliciosas. Essa concepção é muito usada dentro do discurso para legitimar a infidelidade dos inimigos cristãos, aparecendo inclusive na escrita de Eceardo de Aura (FLORI, 2013, p.249).

Além da questão sobre o pós-morte, uma outra diferença essencial entre cristianismo e islamismo, apontada por Le Goff (2017, p.68), seria a própria nomenclatura da entidade máxima da religião: o deus dos cristãos não é mais chamado de Javé, como o Antigo Testamento apresenta (e que tem continuidade para os judeus), e também não é Alá: ele é simplesmente Deus. Tal nome ser apresentado dessa forma, como sublinha o medievalista, apontaria a ideia de que ele é o Senhor supremo para esse mundo medieval, o Rei dos reis, colaborando com a ideia da estrutura feudal do suserano e do vassalo, num fortalecimento da própria monarquia. Quanto à essa afirmação, tecemos aqui uma crítica ao medievalista. Alá significa, literalmente, O Deus. Sendo assim, embora não receba uma tradução em idiomas de matriz latina ou anglo-saxã, de todo modo não deixa de ter o mesmo significado semântico para o mundo árabe que Deus tem para a cristandade. O apontamento de Le Goff portanto não é válido quanto ao quesito de uma singularidade da nomenclatura recebida por Deus no cristianismo, uma vez que tal nome também é encontrado no mundo árabe. Ambas religiões, a cristã e a islâmica, não dão nomes para seu deus, diferindo assim apenas do judaísmo, mas não entre si.

A imagem dos muçulmanos como idólatras é fortemente evocada nos discursos sobre as Cruzadas. Justamente por terem suas recompensas tão voltados aos prazeres da carne e terem como crença uma fé cristã não-ortodoxa, eles se tornavam os inimigos ideais para a cristandade lutar contra, criando um processo no qual seriam fortalecidas tanto a estrutura eclesiástica quanto a monárquica, considerando-se o processo cruzadístico como um grande disseminador das ideias da Igreja, em um plano ideológico, assim como ela era a única responsável pela concessão de benefícios espirituais aos cristãos (FLORI, 2013, p.277), e catalisador do poder dos reis cristãos, tendo em vista que eles eram os comandantes militares das expedições. É claro que os outros fatores desse processo não devem ser ignorados, a exemplo dos ganhos materiais

que ele trouxe para essas personagens, e eles continuarão a ser explorados nos capítulos seguintes. Por ora, faz-se indispensável ter em mente a seguinte questão: as Cruzadas conseguiram aliar muito bem as autoridades da Igreja e do rei, colaborando fortemente com a ideia trazida ainda na coroação de Carlos Magno (episódio explorado nas fontes, como já mencionado) de uma grande aliança do Cristianismo e, neste momento, de forma efusiva sendo seu máximo representante a Igreja de Roma, à figura real, fortalecendo o espaço de atuação de ambas as estruturas e contribuindo para uma legitimação do exercício de poder de ambos. Nesse sentido, o processo cruzadístico, embora falho na captura e manutenção efetiva de Jerusalém, conseguiu fortalecer muito essas duas instituições de poder fundamentais do medievo.

Continuando, no capítulo seguinte, iremos nos propor a discutir o espaço de atuação político de Ricardo pelo qual o rei inglês era responsável, para pensar a responsabilidade pelas Cruzadas assumida por ele. Nesse sentido, nos propomos a pensar as condições de negociação para uma trégua entre cristãos e muçulmanos em momentos finais da Terceira Cruzada. Além disso, buscaremos também analisar as disputas militares travadas pelos cruzados durante essa cruzada. Para isso faremos a análise das fontes que descrevem batalhas essenciais no contexto da Terceira Cruzada, a saber a batalha de Hattin, sendo nela que Jerusalém foi perdida pelos cristãos para as mãos dos árabes, a tomada de Chipre pelos ocidentais e o cerco e captura de Acre, bem como de alguns momentos como o impacto do retorno de Felipe Augusto para a França e o final da Terceira Cruzada. Com todas essas questões, iremos nos propor agora a pensar de que forma tais episódios se entrelaçaram caracterizando o porquê de Ricardo ter sido seguido pelos cristãos e de que forma isso foi justificado dentro de um processo de guerra santa.

2 DISPUTAS MILITARES DA TERCEIRA CRUZADA E RELAÇÕES POLÍTICAS DE RICARDO I

2.1 Da batalha de Hattin ao massacre de muçulmanos em Acre

Nosso debate irá partir agora para a questão de como as relações políticas de Ricardo influenciaram em sua campanha militar na Terceira Cruzada, e vice-versa. Dessa forma, nossos estudos neste ponto se iniciam a partir da fonte *De expugnatione Terrae Sanctae per Saladinum*, onde os confrontos militares dessa cruzada se iniciam.

Inicialmente, o que temos do documento supracitado é a apresentação da captura de Jerusalém pelos árabes não como uma mera vitória militar, mas sim como um episódio onde

Saladino exaltou a lei de Maomé⁷, que teria excedido a cristã, o que denota a ideia de uma disputa de poder entre islamismo e cristianismo. A narrativa da fonte segue descrevendo como os bárbaros, entendidos pelos cristãos como os muçulmanos naquele contexto, continuaram profanando a Cidade Santa, e, enquanto isso, como os seguidores de Cristo entraram num processo de lamentação pela invasão de sua terra. A partir disso, estes juntaram suas coisas e seguiram para um outro ponto da cidade. Com a destruição de uma parte do muro de Jerusalém, a estratégia pretendida de encurralar o inimigo por fora, enquanto que os cristãos que estavam dentro da cidade se mantivessem defendendo a muralha, foi deixada de lado. Saindo um pouco da descrição da fonte e nos atendo a um olhar historiográfico lançado para a questão, podemos entender tal momento do episódio como um pensamento estratégico usado pelos cristãos, dentro de uma lógica militar onde seria necessário primeiro defender os que ainda estavam dentro da cidade, para se conseguir ter mais chances de sucesso na luta contra os árabes. Dessa forma, a ideia de qualquer fanatismo religioso acima de um pensamento estratégico cristão já entra em questionamento, uma vez que o que se priorizou naquele momento foi fortalecer novamente o poder militar cristão, para em seguida servir à cristandade vingando os companheiros mortos pelos muçulmanos. Nesse ponto, inserimos pela primeira vez neste capítulo a ideia de guerra santa, onde a cruzada é pensada de maneira a servir a Cristo, e de maneira ulterior à Igreja e aos reis. Portanto, não existe aí um fanatismo cego, mas sim estratégias militares muito calculadas.

Seguindo no estudo dos processos militares, temos que Acre foi capturada em julho de 1187, alguns meses antes da tomada de Jerusalém pelos árabes. Embora a cidade tenha passado para a mão dos árabes nesse ano, foi somente em 1191 que se empreendeu um processo cristão pela retomada de Acre. Nesse processo, Felipe Augusto, o rei francês, chegou à cidade algumas semanas antes que Ricardo. Na descrição que temos das fontes, e mesmo com Runciman (2003, p.42), o único motivo pelo qual Felipe participou nas Cruzadas foi pelo desgosto que causaria em seus súdito e na Igreja caso não o fizesse. Aqui, cabe a nós fazer uma crítica à guisa de um questionamento: apresentar a causa de Felipe de tal forma se deve a um fator verídico ou a um olhar lançado pela bibliografia e pela fonte feito por figuras inglesas falando sobre o cenário francês? Não podemos responder a essa pergunta, mas é válido o questionamento, uma vez que o trabalho de historiadoras/es é o de ser fiel aos documentos, lançando uma perspectiva crítica a eles.

⁷ Trecho original de *Richard the Lion-Hearted conquers Cyprus*: “He [Saladino] exalted the grandeur of Mohammed's law and showed that, in the event, its might exceeded that of the Christian religion”. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191cyprus.asp>

De todo modo, o que temos sobre o caminho traçado pelos ocidentais para chegar a Acre é que ele foi distinto, embora ambos os reis, Ricardo e Felipe, tivessem partido da mesma cidade, Lyon, em julho de 1190: enquanto que os ingleses foram para Marselha e alguns já seguiram para a Palestina, os franceses foram para Gênova e, em seguida, reencontraram uma parte do lado inglês na Sicília. Ainda nesse ano, um episódio foi responsável por mais um atraso para os cruzados, onde eles e o rei siciliano, Tancredo, entraram em uma querela, resolvida apenas em novembro desse ano.

Felipe nesse momento precisava se assegurar que Ricardo estivesse a caminho do Oriente para poder partir também, uma vez que seu reino estava vulnerável e seria um fácil avanço para o rei inglês em terras francesas, caso ele assim decidisse. Como já era inverno, as tropas de Ricardo acabaram passando o resto da estação ali, uma vez que ele partiria apenas pelo mar, e, de tal forma, elas seguiram caminho somente em meados do ano seguinte, na primavera. Dessa forma, os avanços cruzados a Acre se mantiveram estagnados por algum tempo, até que tal situação estivesse resolvida.

Um episódio que aconteceu entre esses conflitos foi a troca de papado que aconteceu pela terceira vez dentro da Terceira Cruzada, tendo ela já passado pelos papas Gregório VIII, responsável por promulgar a bula papal *Audita tremendi*, que convocou este processo cruzadístico, e também por Clemente III, que acabou assumindo a maior parte do comando papal desta cruzada. Sucedendo ele, o papa que assumiu em seu lugar foi Celestino III, em 1191, e ficando até o final da Terceira Cruzada, em 1192.

Como uma pausa do processo de reconquista de Acre para os cristãos, o episódio militar que antecedeu tal momento foi a captura de Chipre pelos cristãos. Ricardo experienciou diversos conflitos no Oriente, a serem expostos no próximo subtítulo deste capítulo, e um dos mais importantes foi com o imperador bizantino Isaac Comneno, que capturou o rei e o fez de refém. Aliando-se aos mercadores de Limassol, uma das principais cidades de Chipre, que estavam descontentes com as políticas do imperador, Ricardo conseguiu chegar a um acordo com este, tendo sido liberado e até mesmo indenizado com cem guerreiros para a Cruzada (RUNCIMAN, 2003, p.50).

O episódio de Limassol é descrito pela fonte que narra a conquista de Chipre, intitulada *Richard the Lion-Hearted conquers Cyprus, 1191*, sendo ela parte integrante do *Itinerarium*. Enquanto que Felipe foi direto para Tiro, Ricardo parou em Creta, em Rodes, e teve seu último imprevisto parando em Chipre, por conta de uma tempestade. Foi nesse momento que surgiu a oportunidade de conquistar a ilha. Com uma grande tempestade, em abril de 1191 os marinheiros foram forçados a recuar. De qualquer forma, por conta dos fortes ventos, os navios cruzados já

estavam se encaminhando para a ilha. Com essa tempestade, três navios e diversos marinheiros foram perdidos. Um dos homens perdidos era o portador do selo real. Após a fim da tempestade, um homem comum encontrou o corpo junto ao selo e o vendeu de volta para o rei.

Numa pretensa atitude de paz, os nativos levaram os cruzados para descansar num castelo próximo, onde tomaram suas armas e os levaram como reféns. Como justificativa a esse ato, afirmaram que os cruzados poderiam tentar entrar em conflito caso não tivessem feito isso. Sabendo do tratamento recebido pelos cruzados, o imperador Isaac prometeu reparar os danos, mandando em troca quatro reféns. Assim, os peregrinos conseguiram passe livre por Limassol, chegando lá em maio do ano supracitado.

Tomando nota dos ocorridos na ilha, Ricardo enviou dois cavaleiros ao imperador para pedir por reparação pelo ocorrido. Como negou o pedido e a fonte descreve que ele se sentiu até mesmo ultrajado por tal requisição, Ricardo pediu para seus homens se armarem e irem para o porto, ataque ao qual o imperador tentou resistir com as forças disponíveis, dando uma resposta à altura da força militar que os cristãos apresentavam naquele momento.

“Pela providência de Deus, o rei Ricardo foi trazido para a ilha de Chipre”.⁸ É assim que o cavaleiro responsável pela escrita desse texto do *Itinerarium* descreve a chegada do rei inglês à ilha, após os diversos incidentes responsáveis pelo atraso no percurso. Sorte para os cristãos ocidentais, que posteriormente tomaram Chipre ao todo, mas também para os mercadores bizantinos de Limassol, que, com a investida final de lanças das tropas de Ricardo, viram os gregos forçados a se retirar para as planícies, dando o comando da cidade para os ingleses. Dessa forma, o rancor desses mercadores com o comportamento considerado abusivo de Isaac teve fim, bem como deu uma grande vantagem para os cristãos seguirem na conquista da ilha.

Tendo sido encurralados pelos cristãos nas planícies, Isaac e seus companheiros de guerra foram encontrados por eles, mas o imperador conseguiu fugir ao encontro do restante de suas tropas. Nesse momento, o cavaleiro que escreve este trecho do *Itinerarium* exalta o feito militar de Ricardo, colocando-o como um espelho da coragem cristã, uma vez que, com cinquenta cavaleiros, o rei conseguiu dispersar as tropas e tomar o exército bizantino consigo. Além disso, teria oferecido a paz a esses homens e declarado que se comportaria como um inimigo apenas com aqueles que o considerassem como tal.

Enquanto isso, Isaac partiu para o castelo Nicosia e, sabendo que Ricardo ainda estava em seu encalço, foi embora novamente, dessa vez com rumo a Famagusta. O rei inglês partiu

⁸ Trecho de Richard the Lion-Hearted conquers Cyprus, 1191. “Now, indeed, after many unwelcome labors, by God's providence, King Richard was brought to the Island of Cyprus.”

para o castelo e lá recebeu a demanda de Felipe para que ele partisse imediatamente para Acre, uma vez que ele não conseguiria tomar esta cidade sozinho. Tal episódio denota a diferença de opiniões presente nas tropas cruzadas, onde franceses e ingleses, por diversos momentos, demonstraram divergir sobre o que deveria ser feito. Ignorando a mensagem e sabendo da importância estratégica de Chipre no mapa do Oriente, além de correr o risco de que Isaac firmasse um acordo com Saladino, Ricardo convocou seu exército para a empreitada de conquista do estado. Teve um confronto pessoal com o imperador bizantino, onde quase foi morto por dardos venenosos lançados pelo grego, mas conseguiu evitar, o que deu uma nova chance para Isaac se afugentar, dessa vez em Kantara.

Por fim, percebendo que não estava em uma situação favorável, Isaac mandou mensageiros seus para Ricardo, buscando a misericórdia do rei. A proposta foi aceita e o imperador acabou se ajoelhando aos pés do rei, submetendo-se ao pedido de não manter nenhuma terra ou castelo. Além disso, tornou Ricardo seu senhor, para não ser aprisionado. De todo modo, o rei acabou o algemando e partiu de lá, dessa vez com rumo a Acre e tendo finalmente tomado Chipre para o domínio cristão.

Em junho de 1191, Ricardo chegou a Acre. Sua presença causou uma mudança de clima entre as tropas ocidentais, uma vez que Felipe preferia ter uma atuação mais cautelosa, enquanto que o inglês assumia o papel de líder dos combates. Um acordo de paz já era buscado desde então, embora só tenha se chegado a ele no ano seguinte. Assim que chegou em Acre, Ricardo enviou mensageiros para o acampamento de Saladino, no intuito de conseguir um acordo de paz. Para que eles pudessem se encontrar, foi proposta uma trégua de três dias, porém, antes que o encontro pudesse acontecer, ambos ficaram doentes, e os combates continuaram acontecendo, com Ricardo comandando de sua cama mesmo.

Entre junho e julho, os ataques dos cruzados a Acre se mantiveram, porém os avanços cristãos eram sempre respondidos à mesma altura pelos muçulmanos. Um longo cerco foi implementado à cidade e os árabes, sabendo que não poderiam resistir por muito mais tempo sem suprimentos, se renderam em julho após mais uma batalha. Para manter sua vida os muçulmanos propuseram aos ocidentais o pagamento de 200000 peças de ouro, libertação de 1500 cristãos e devolução da Cruz verdadeira, cabendo a Saladino o cumprimento dos termos. Tendo conquistado a cidade de Acre, Felipe retornou para a França, episódio a ser melhor abordado no tópico seguinte deste capítulo.

O acordo entre cristãos e muçulmanos feito em Acre foi resolvido da seguinte forma: Saladino devolveria em três parcelas o dinheiro e os prisioneiros exigidos em troca dos árabes capturados na cidade, esperando que logo eles fossem recuperados. Alguns nomes de figuras

eminentes para a época foram enviados como prioridade para Saladino devolver entre os cristãos capturados e, alguns deles, não retornaram para os acampamentos cruzados. Por causa disso, os cristãos se recusaram a devolver os prisioneiros muçulmanos. Tomando isso como uma escusa e, para partir logo para Jerusalém, alvo da cruzada, Ricardo ordenou que os dois mil e setecentos árabes capturados em Acre fossem mortos.

Os executores dos muçulmanos em Acre compreenderam tal ato como uma possibilidade de vingar seus companheiros mortos no ataque à cidade. Nesse ponto, podemos pensar na ideia de purificação proposta pela cruzada, dentro de seu aspecto peregrinatório. Ora, se a purificação de alma almejada era alcançada por etapas, o ápice dela não poderia ser outro se não a morte do inimigo da cristandade, uma vez que isso seria responsável pela manutenção do nome cristão. Além da purificação da alma num sentido estritamente de experiência espiritual, temos também a questão das indulgências oferecidas pela Igreja para os cruzados, para mencionar a relação eclesiástica com o processo cruzadístico.

As indulgências eram proporcionais aos serviços prestados durante as Cruzadas e plenárias para quem passasse dois anos na Terra Santa ou em alguma outra expedição guerreira em que fossem concedidos os mesmos privilégios. O número de expedições para as quais foram sendo concedidas as mesmas indulgências concedidas a quem fosse lutar na Terra Santa foi crescendo. *Uma cruzada servia sobretudo para unificar toda a cristandade sob o nome do papa e em busca da salvação* [grifo nosso] (MORRISSON, 2011, p.113).

Questionamos nesse ponto a ideia presente no excerto por nós grifado. Mais do que “unificar toda a cristandade sob o nome do papa e em busca da salvação”, a cruzada atuava de forma a conferir uma independência aos guerreiros, seguindo a ideia apresentada por Flori (2013, p.227), onde “a operação saía do orbe de São Pedro e entrava no de Cristo, tendo como corolário uma sacralização ainda maior [...]”. Dessa forma, embora os cavaleiros estivessem também a serviço da Igreja, eles agora não serviam ao papa, mas sim a Deus. Sendo assim, a guerra santa não unificava a cristandade na figura papal como intermédio para adquirir a santidade, mas sim tinha esta garantida por si só com sua atuação nas Cruzadas. Em suma, podemos inverter a ordem e dizer que o papa sim é que estava unificado sob a cristandade, e, mais especificamente, sob Deus, não mais sendo seu intermediário, mas sim sendo outra figura a ter contato direto com ele, assim como os cavaleiros agora tinham.

Seguindo a ideia proposta acima, os privilégios oferecidos pela Igreja como indulgências entravam na questão da guerra santa como um benefício adicional para motivar cristãos a aderirem às Cruzadas, mas não é por isso ou pelo nome do papa que eles entram no processo. Nisso questionamos também uma ideia consolidada na historiografia tradicional sobre as Cruzadas, como vemos em Carl Erdmann, de que a motivação para as Cruzadas seria

a religiosa. Na contracorrente do discurso de Erdmann, Jonathan Riley-Smith surgiu como um dos principais expoentes, onde, para Flori (2013, p.28), Smith teria escondido a contextualização de santidade presente já na primeira cruzada, ignorando também a questão espiritual e material do processo, apresentando-o apenas como uma peregrinação armada. Todos esses aspectos estão presentes na questão, mas não são os únicos e, mais que isso, estão dentro de uma lógica de guerra santa, sendo essa uma ideologia posteriormente intitulada pela historiografia que não é apenas de cunho religioso, mas sim é, principalmente, político (lembrando que tais distinções se dão a partir de um olhar historiográfico lançado ao período).

O episódio mencionado anteriormente é intitulado no *Itinerarium* como o massacre de muçulmanos em Acre, e a fonte será melhor explorada neste momento. Ricardo esperou que o tempo acordado para receber seus prisioneiros de Saladino acabasse. Tendo passado três semanas do prazo para a devolução da Cruz Verdadeira para os cristãos, um questionamento cada vez maior começou a circular entre os cruzados, desestabilizando sua confiança em Ricardo. Para o autor da fonte, a demora em se devolver a Cruz era um feito de Deus, uma vez que ele não queria que ela fosse devolvida em troca da libertação dos sarracenos, mas sim queria vê-los perecer.⁹

A Cruz Verdadeira dava a impressão para os muçulmanos de que teriam muito mais possibilidades de negociação que os cristãos. Criando tempo, o sultão enviou mensageiros e presentes para Ricardo, pretendendo assim atrasar qualquer decisão que o rei pudesse tomar. O resultado disso foi, como já demonstramos acima, bem o contrário. Esperando algum tempo e, não tendo obtido o que foi prometido, Ricardo considerou que Saladino já não queria libertar os reféns cristãos. “O rei Ricardo sempre esperou subjugar os turcos completamente, destruir sua arrogância descarada, desqualificar a lei muçulmana e justificar a Cristandade”.¹⁰ Na ideia de dar razão à Cristandade e provar como os muçulmanos estavam errados, temos aqui um exemplo da forma como a identidade árabe foi criada e consolidada dentro do imaginário cristão. Tendo no seu próprio rei a figura de alguém que vingaria o cristianismo da impureza praticada pelos muçulmanos, os cristãos aderiam ao processo das Cruzadas com muito mais segurança no que estavam fazendo.

No momento seguinte deste capítulo, iremos continuar a discussão sobre as disputas militares travadas entre cristãos e muçulmanos dentro da Terceira Cruzada, mas agora

⁹ Trecho de *Muslim hostages slain at Acre, 1191*. “God, however, did not wish it to be returned at that time for the liberation of those whose freedom had been promised for its return. Rather, he wished them to perish.” Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191hostages.asp>

¹⁰ Trecho de *Muslim hostages slain at Acre, 1191*. “King Richard always hoped to overwhelm the Turks completely, to crush their impudent arrogance, to confound the Moslem law, and to vindicate Christianity”.

enfocando nas relações políticas experienciadas pelo rei Ricardo no processo. Dessa forma, iremos nos propor a problematizar o relato das fontes sobre o contato do mundo ocidental com o oriental, nos preocupando em discutir o espaço de poder do rei inglês e de que maneira isso impactou nas cruzadas e esteve relacionado com o processo de guerra santa.

2.2 Espaço de poder de Ricardo I: o rei inglês entre contatos cristãos e muçulmanos

Discutir uma visão política é o foco deste trabalho, aliando às questões militares. A questão da criação da identidade árabe pelos cristãos apresentada no capítulo anterior é essencialmente política, no sentido de partir de um exercício de poder pelo lado do cristianismo, estabelecendo uma concepção a ser seguida de quem era digno a continuar vivendo ou tendo uma vida sem ser rechaçado por eles. Dessa forma, pensar tal exercício não é uma novidade nesta pesquisa, mas, neste momento, o que nos propomos a fazer é visualizar a questão especificamente voltando nosso olhar para o rei Ricardo e as relações que ele travou na Terceira Cruzada. Sendo assim, iniciamos essa discussão a partir de sua presença em alguns episódios militares fundamentais do processo cruzadístico.

A escrita de Runciman, como apresentamos na crítica feita anteriormente, novamente se apresenta de maneira enaltecadora da história inglesa. O que o medievalista aponta (2003, p.43) é que as fontes apresentavam Ricardo como um guerreiro muito bem dotado de intelecto, comportamento e habilidades físicas. Sua imagem chegou ao Oriente antes mesmo que ele tivesse o feito. Colocando em contraposição a ele, os textos do *Itinerarium* apresentam o rei Felipe como um homem desleal e inescrupuloso, sendo um bom rei, apesar disso. Para visualizar melhor a forma como esse contato era tido, trazemos agora um exemplo pontual, com o conflito de sucessão da coroa e o desenvolvimento da questão no cerco a Acre.

O rei Guy, tendo apoio de Ricardo, concorria com Conrado, apoiado por Felipe, para herdar a coroa de Jerusalém, após a morte do Patriarca Heráclio. Tendo esses conflitos em vista, o diálogo não era muito bem exercitado naquele momento e, concomitantemente a isso, estava acontecendo o cerco a Acre. Felipe decidiu atacar logo a cidade, enquanto Ricardo se recusou a ceder seu exército para auxiliar no ataque, uma vez que ele ainda não tinha se recuperado de uma doença que o acometeu algum tempo antes. De toda maneira, Felipe manteve sua decisão e realizou o ataque final à cidade, tendo o lado cristão vencido a partir de uma derrota apertada.

Após a captura de Acre pelos cristãos, seus habitantes, sendo partidários de Conrado, apelaram ao rei Felipe para que suas posses fossem mantidas, o que foi acatado por ele. Em seguida, as igrejas da cidade foram consagradas e os cristãos se reuniram para decidir quem

deveria assumir a coroa. Chegou-se ao resultado que Guy deveria ser mantido como rei, enquanto que Conrado teria propriedade em Tiro, Beirute e Sídon, dividindo as receitas reais. Com essa questão resolvida, Felipe queria partir logo do Oriente e retornar para a França.

Ricardo quis que o exército francês fosse deixado no Oriente por mais três anos, no intuito de auxiliar na retomada de Jerusalém e na manutenção de territórios sagrados, termo que não foi aceito por Felipe. Em julho de 1191, o rei francês partiu para Tiro, acordando com Ricardo que não atacaria suas terras enquanto que o inglês estivesse na cruzada. O episódio da sucessão deixou uma marca nas relações francesas e inglesas, considerando que Conrado, como resultado da questão, partiu junto com Felipe, recusando-se a permanecer no Oriente e servir ao exército sob comando de Ricardo.

No texto *Philip Augustus returns to France, 1191*, do *Itinerarium*, o autor nos apresenta que a captura de Acre foi uma prerrogativa para o rei ir embora das cruzadas. Além disso, ele considera vergonhoso que Felipe sequer ousasse pensar em ir para casa, dado que os objetivos cruzados ainda não estavam finalizados e que sua função era exercer influência sobre multidões. Como justificativa, o rei alegou que sua doença foi o motivo de ter iniciado a peregrinação, tendo mantido assim sua promessa até o fim. Novamente tomando o lado de Ricardo e dos outros ingleses, a fonte apresenta que Felipe estava bem quando foi coroado.

Em determinado momento do texto, o cavaleiro autor do *Itinerarium* assume que o rei Felipe era visto como superior a Ricardo naquele contexto. Como exemplo disso, quanto à rapidez que foi empreendida pelo lado francês no ataque final a Acre, o autor apresenta que “pela autoridade de sua presença como o mais poderoso dos reis cristãos e pelo mérito de sua muito excelente dignidade, ele [Felipe] fez necessário acelerar a execução do trabalho de tomar a cidade”.¹¹

Embora os cavaleiros franceses discordassem de sua proposta e quisessem permanecer no Oriente, Felipe se negou a mudar de ideia, o que fez com que seu próprio exército o rejeitasse. Por fim, Felipe acabou partindo com pressa, deixando em seu lugar o Duque da Borgúndia e recebendo duas galés para a expedição.

Para o autor da fonte, o pedido de Ricardo para que Felipe fizesse um acordo com ele, tendo em vista proteger a fé e a segurança de um no outro se justifica no fato de que “embora eles procurassem por afeição mútua, isso nunca foi considerado suficiente para excluir o

¹¹ Tradução de trecho de *Philip Augustus returns to France, 1191*. “By the authority of his presence as the most powerful of Christian kings and by merit of his most excellent dignity he had made it necessary to hasten the execution of the work toward the taking of the city....” Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191philaug.asp>

medo”.¹² Enquanto o rei inglês permanecesse nas cruzadas, como mencionado anteriormente, ele ordenou que o francês não ousasse tomar suas terras. Em troca, se Ricardo cometesse qualquer erro grave, receberia um aviso caso Felipe fizesse algo como vingança. Essas condições foram acordadas como um juramento e em troca de dois reféns de renome, a saber, o Duque da Burgúndia, responsável por permanecer no lugar do rei francês nas cruzadas, e o Conde Henrique, além de alguns outros de menor prestígio.

Tendo as questões acima resolvidas, Felipe partiu deixando boa parte de seu exército para Ricardo. Ao chegar na França, Felipe teria causado várias desordens na Normandia. Quando partiu, “ao invés de bênçãos, todos tinham desejos ruins e maldições para ele”.¹³ Com o desgosto causado por sua partida acelerada, os cruzados passaram a ver Ricardo como um rei mais digno de respeito, e ele assumiu a partir daí o papel de mais importante das figuras reais cristãs, somando-se a um prestígio anterior que ele já tinha por ser o principal responsável pelo contato com árabes, especialmente com Saladino.

Pelo apresentado pelo autor da fonte e também por Runciman (2003, p.57), para os governantes do Oriente franco o rei francês era muito mais competente e digno de respeito que Coração de Leão e é aqui que fazemos nosso questionamento. Se Felipe era mais bem falado e prestigiado que Ricardo na maior parte do processo (1189-1191), por que é que o nome do inglês foi o que ficou mais conhecido dentro da Terceira Cruzada? A historiografia tradicional das cruzadas nos apresenta que isso se deve a seu talento militar ser melhor que o de Felipe, aderindo à imagem das fontes de sua bondade e justiça serem maiores do que as do francês. Basicamente é aí que reside nossa resposta. Ricardo se tornou o mais conhecido rei da Terceira Cruzada justamente pela imagem que tal historiografia comprou e se preocupou em vender. Não cabe a nós enquanto historiadoras/es fazer julgamento de caráter, mas sim entender o porquê dos fatos serem entendidos de determinada maneira no momento que vivemos. Nesse sentido, entendemos que, sim, Ricardo se tornou o rei mais importante da Terceira Cruzada após a partida de Felipe para a França, mas, anteriormente a isso, era o francês que ocupava tal posto. Sendo assim, percebemos na continuidade que a historiografia tradicional propôs buscar nas fontes a responsabilidade pelo nome de Ricardo ser o mais mencionado dessa etapa do processo cruzadístico, tendo em historiadores como Carl Erdmann um de seus principais destaques. Mesmo a vertente historiográfica que se propôs como uma crítica a essa escrita

¹² Tradução do trecho de *Philip Augustus returns to France, 1191*. “[...] though they looked for mutual love, it was never considered sufficient to exclude fear”.

¹³ Tradução de trecho de *Philip Augustus returns to France, 1191*. “Instead of blessings, everyone had bad wishes and curses for him”.

tradicional sobre as cruzadas, contando com Steven Runciman e Jonathan Riley-Smith como importantes vozes, manteve um discurso bem voltado à compra do discurso presente nas fontes, tendo o primeiro inclusive dedicado um capítulo ao rei inglês no terceiro volume de sua obra *História das cruzadas*, onde ele exalta as virtudes descritas de Coração de Leão nas fontes.

Seguindo no estudo dos episódios militares vivenciados na Terceira Cruzada temos, por fim, o que se sucedeu à partida de Felipe para a França. Enquanto as tropas cruzadas atravessavam o Carmelo, Saladino, em vingança ao massacre de muçulmanos em Acre, seguia no percalço dos cristãos, matando aqueles que eram capturados. Estando cada vez mais perto de Cesaréia, os combates entre cristãos e muçulmanos passaram a acontecer frequentemente. Os cruzados que não morriam por terem ficado pra trás, acabavam falecendo por insolação, uma vez que não eram acostumados ao calor escaldante do Oriente.

Como território da batalha final, Saladino escolheu Arsuf. Ricardo pediu a al-Adil, conselheiro e irmão do sultão, uma trégua, além de demandar a entrega de toda a Palestina para os cristãos, ao que o árabe respondeu interrompendo imediatamente as negociações. A partir disso, o rei inglês percebeu que Saladino pretendia marchar logo para a batalha, portanto logo dispôs suas tropas, colocando cavaleiros hospitalários e templários em lados distintos do campo e se posicionando no centro. Ricardo hesitou algum tempo em iniciar o combate e, após receberem ofensivas mais fortes, os templários imploraram ao rei para que ele iniciasse logo a luta, ao que ele acatou. Os sarracenos perderam esse combate, enquanto que os cristãos vitoriosos partiram em direção ao sul. Pelo que nos aponta Runciman (2003, p.61), a vitória cristã em Arsuf foi muito mais moral do que de números. Saladino queria iniciar um novo confronto, que foi recusado por Ricardo. A vitória de Arsuf foi a primeira significativa em campo aberto desde a batalha de Hattin em 1187, onde Jerusalém foi perdida para os muçulmanos, dando então a impressão aos cristãos de que eles poderiam retomar a Terra Santa. Nesse momento, consolidou-se o máximo respeito recebido por Ricardo em todo o processo da Terceira Cruzada.

Em contrapartida à moral elevada do rei inglês, Saladino já estava com a sua abalada desde a perda de Acre para os cristãos, o que foi agravado pela perda da batalha em Arsuf. Sabendo que os cruzados pretendiam enfim partir para Jerusalém, o sultão encaminhou seu exército para lá, no intuito de se preparar para a chegada das tropas ocidentais. Enquanto isso, Ricardo sabia que a partida para a Terra Santa não seria possível sem antes fortalecer suas bases e, portanto, levou as tropas cristãs para Jafa, o que acabou possibilitando a Saladino reforçar seu exército em Jerusalém. Ascalão era uma das cidades que tinha sido tomada pelos cruzados

e, para cortar o contato deles com o Egito, importante canal de comunicação para receber coisas fundamentais para as expedições, o sultão destruiu a cidade.

Nesse contexto, constavam entre as preocupações de Ricardo a situação frágil do reinado estabelecido em Acre, a ânsia de começar logo as negociações com Saladino e boatos que se efetivaram sobre uma revolta no Chipre, embora essa tenha se resolvido com a venda da ilha para os templários. Nas discussões iniciais, o inglês demandou que Jerusalém, todas as terras a oeste do rio Jordão e a Cruz Verdadeira fossem entregues aos cristãos, além de prometer a mão de sua irmã, Joana, a al-Adil. Respondendo a isso, Saladino disse que a Terra Santa também era sagrada para os muçulmanos, além de que não devolveria a Cruz sem receber algo em troca, e, quanto à questão do casamento com a irmã do rei, o sultão pensou se tratar de uma piada, portanto concordando com isso. Joana se negou a casar com um muçulmano, principalmente após a recusa de al-Adil em se converter ao cristianismo. De todo modo, o árabe convidou Ricardo para um banquete em Lida, no mês de novembro de 1191. Nesse meio tempo, não aconteceram maiores confrontos entre cristãos e muçulmanos.

Embora tivessem maior respeito por Conrado, o francês deixado pelo rei Felipe em seu lugar, os sarracenos preferiram debater os termos da proposta com Ricardo, acreditando que seria mais fácil expulsar ele do que o outro da Palestina. Assim que o prazo para as negociações foi definido como novembro do mesmo ano, os confrontos de cruzados e muçulmanos reiniciaram de forma constante. Enquanto isso, Ricardo estava a 20 quilômetros da Terra Santa, tendo sido desencorajado pelos cavaleiros que conheciam a região a continuar lutando para chegar até lá, uma vez que diversas tropas muçulmanas estavam posicionadas ao redor da cidade e, mesmo caso fosse conquistada, seria muito difícil de mantê-la. Não obstante contrariado, o rei inglês demandou a retirada das tropas cristãs da região, ordenando que essas partissem para Ascalão, onde se encontrava o castelo mais forte do litoral palestino, na tentativa de fortalecê-lo. Durante esse período, Saladino não atacou os cruzados, o que por alguns foi considerado uma atitude cavalheiresca do sultão, mas Runciman (2003, p.66) apresenta que, na verdade, ele apenas aguardava reforços.

Conrado se recusou a enviar tropas francesas para ajudar na reconstrução de Ascalão. Esse é outro momento fundamental de embate entre exércitos franceses e ingleses, denotando novamente a falta de unidade entre as forças cruzadas. Voltando da conciliação de conflitos no Acre, Ricardo por fim admitiu que era necessária uma trégua com Saladino. A partir disso, o inglês fez uma eleição para escolher quem seria o próximo rei de Jerusalém, resultando na coroação de Conrado. Em seguida a isso, ele foi assassinado, o que gerou boatos de que Ricardo fora o responsável por sua morte. Henrique, sobrinho de Ricardo, foi coroado como rei de

Jerusalém e via o tio como uma importante figura política a ser seguida, buscando se aconselhar com ele quanto à questão da Coroa e de seu casamento. Podemos deduzir então que o que prevaleceu entre os cruzados foi o domínio da influência inglesa em detrimento da francesa, considerando que o rei do objetivo das cruzadas era inglês.

Enquanto isso, Saladino já aguardava Ricardo em Jerusalém, com seus reforços recém recebidos. O rei cristão também recebeu reforços, e, novamente houve um embate entre franceses e ingleses, onde o lado francês, considerando a abundância de comidas e transportes queria marchar logo sobre Jerusalém, enquanto que o inglês aconselhava Ricardo a recuar. Por fim, o rei inglês acatou a decisão de recuar, considerando a falta de água para os cristãos ocasionada pelo bloqueio de poços pelos muçulmanos, sem a qual as chances de vitória dos cruzados caíam muito. Ao mesmo tempo, Jafa, outro território cristão no oriente, foi atacado pelos muçulmanos, porém o ataque logo foi reprimido pelas próprias tropas da cidade. Em seu caminho para ajudar na defesa da cidade, Ricardo encarou mais um combate com muçulmanos, dessa vez em Cesareia. O rei se encontrava muito indeciso em relação ao que fazer em seguida, considerando que estava doente e precisava voltar logo para casa já que seu irmão ameaçava usurpar o trono inglês, mas também não concordava com os termos de entregar Ascalão para os muçulmanos para que uma trégua fosse acordada.

Por fim, em agosto de 1192, três anos após a cruzada ter sido iniciada, al-Adil fez a oferta final de uma trégua para os cristãos. Runciman (2003, p.74) apresenta que um tratado de paz foi assinado por cinco anos, mas, conforme nos atesta o texto *Richard the Lionheart makes peace with Saladin, 1192*, do *Itinerarium*,

Ricardo tinha buscado, na verdade, essa *trégua* pelo período de três anos para que ele pudesse retornar para seu país e para que, quando ele tivesse aumentado seu dinheiro e seus homens, ele pudesse retornar e arrebatar todo o território de Jerusalém das mãos de Saladino se, efetivamente, Saladino conseguisse até mesmo considerar apresentar resistência [grifo nosso].¹⁴

É importante enfatizar, portanto, que não houve qualquer tentativa de chegar a uma resolução total do conflito (como um tratado de paz poderia propor), uma vez que o objetivo cruzadístico não havia sido alcançado e, portanto, era necessário se empreender uma nova expedição para atingi-lo, resultando posteriormente na Quarta Cruzada (1202 - 1204). Dessa forma, o que foi estabelecido foi uma trégua, onde foi demandado que Ascalão não fosse

¹⁴ Tradução de trecho de *Richard Lionheart makes peace with Saladin, 1192*. “Richard had in fact sought this truce for a three year period so that he could go back to visit his country and so that, when he had augmented his money and his men, he could return and wrest the whole territory of Jerusalem from Saladin's grasp if, indeed, Saladin were even to consider putting up resistance”. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1192peace.asp>

reconstruída por um período de três anos, além de que haver a concessão das cidades marcadas até Jafa e da liberdade de peregrinação dos cristãos a Jerusalém.

Podemos ver na relação entre Ricardo e Saladino, apesar de suas desavenças no campo ideológico e militar, um profundo respeito de um pelo outro. Tal afirmação é atestada pela resposta de Saladino ao excerto supracitado, onde ele

respondeu através de mensageiros indicados que, com sua lei sagrada e Deus todo poderoso como suas testemunhas, ele achava o rei Ricardo tão bom, honesto, magnânimo e excelente que, se a terra fosse perdida em seu tempo, ele preferia tê-la tomada pelo grande poder de Ricardo do que tê-la nas mãos de qualquer outro príncipe que ele tivesse visto.¹⁵

Tendo partido do Oriente sem nunca ter sequer pisado em Jerusalém, Ricardo sofreu uma série de desventuras em seu retorno para terras ocidentais. Não cogitou mais tentar retornar para a Terra Santa, tendo sido morto em 1199 na França, três anos antes do início da Quarta Cruzada e, portanto, acabou participando apenas da Terceira. Seu legado, no entanto, permaneceu após sua morte, não apenas pelo que Saladino disse sobre o rei, mas principalmente pelo que a historiografia das cruzadas escreveu sobre, trazendo o estudo sobre essa personagem ao nosso trabalho a partir dos vieses político e militar. No capítulo seguinte, pretendemos destrinchar melhor a questão sobre a relação entre cristãos e muçulmanos; como nos apresenta a tradução supracitada de *Richard Lionheart makes peace with Saladin, 1192*, existia até mesmo uma admiração de um grupo para outro, e, sendo assim, cabe aqui nos perguntarmos de que forma a rivalidade entre seguidores de Cristo e de Alá pode ser compreendida pela historiografia atual.

3 MUÇULMANOS COMO INIMIGOS DA CRISTANDADE: QUESTÃO ÉTNICA OU RACIAL?

Fazendo uma breve recapitulação do que trabalhamos até aqui, iremos agora explicar de que forma todos os tópicos anteriores se conectam e culminam neste último. Como abordado no começo, o conflito entre cristãos e muçulmanos não é uma novidade das Cruzadas, do século XI. As disputas travadas entre esses grupos remontam ainda ao século VIII, como verificado na

¹⁵ Tradução de trecho de *Richard Lionheart makes peace with Saladin, 1192*. “[...] replied through the appointed messengers that, with his holy law and God almighty as his witnesses, he thought King Richard so pleasant, upright, magnanimous, and excellent that, if the land were to be lost in his time, he would rather have it taken into Richard's mighty power than to have it go into the hands of any other prince whom he had ever seen”.

Canção de Rolando, ou mesmo a um passado de séculos indeterminados, ao qual Urbano II recorre em seu discurso em Clermont para evocar uma ideia de superioridade da raça de francos. Chamamos atenção aqui para o termo raça, a ser problematizado neste capítulo. A identidade para os árabes traçada pelos cristãos remete a esse histórico e, como apresentado pelas fontes aqui trabalhadas, busca nos termos pagão, bárbaro e infiel elementos que fortaleçam o discurso de uma verdadeira guerra contra os muçulmanos. No capítulo dois, nos propusemos a analisar mais de perto alguns eventos da Terceira Cruzada, tentando entender aí onde os árabes se encaixavam na vida dos cristãos e de que forma seus conflitos apareceram (ou não) justificados na prática. Tendo isso em mente, queremos neste momento pensar como o discurso contra muçulmanos pode ser interpretado numa perspectiva historiográfica atual.

Seguindo o que foi apresentado até aqui, o que gostaríamos de nos ater agora é a forma como o discurso de convocação para os cruzados se constituiu, e aqui não nos referimos somente ao momento que o papa Urbano II chamou a primeira Cruzada em Clermont em 1095, ou à bula papal *Audita tremendi*, do papa Gregório VIII, promulgada em 1187, para chamar uma nova Cruzada, a terceira. O que gostaríamos de discutir neste capítulo é como a identidade dos árabes foi criada pelos cristãos e de que forma ela foi responsável pela manutenção do processo cruzadístico, e, pela adesão dos seguidores do catolicismo à uma guerra considerada mais que justa, santa por si só, contra o inimigo maior da cristandade - os muçulmanos. Inicialmente, pretendemos trabalhar, no primeiro tópico, com a inserção desses discursos em um caráter étnico e racial, problematizando o que isso impactou no processo de criação de tal identidade.

Pensar na definição identitária é algo um tanto amplo, seja em qual período histórico for. Definir as identidades e alteridades como étnicas ou raciais à primeira vista pode parecer algo mais simples do que de fato é. Não podemos considerar os fatores de maneira isolada, mas sim analisar a questão em conjunto, o que torna o estudo muito mais complexo do que pode parecer. Partindo disso, buscamos estabelecer algumas questões a serem melhor abordadas neste capítulo. Fazemos essa constatação no intuito de já adiantar como entenderemos tal conceitualização, buscando alinhar nossos debates às discussões já feitas até então sobre raça e etnia.

Inicialmente, nos propusemos a entender melhor como os conceitos abordados por esta pesquisa, a saber, bárbaro, pagão e infiel, poderiam ser classificados dentro de uma identificação atribuída pelos cristãos aos muçulmanos de maneira étnica ou racial. Tal debate

nos pareceu necessário conforme nos aprofundamos na questão e percebemos que não existe algum consenso que se tenha chegado até então entre os medievalistas. Discutir raça é algo imprescindível aos estudos sobre a modernidade, por exemplo, entretanto, quando recuamos o recorte temporal, parece que essa questão ainda não foi explorada com a devida ênfase. Quando se trata de debates sobre raça e racismo na modernidade, podemos encontrar os duros resultados que o preconceito por, sobretudo, traços fenotípicos e cor de pele, causou para os povos colonizados e que ecoa em uma extrema desigualdade social ainda nos dias de hoje. Porém, nos parece que, para discutir sobre os produtos de uma diferenciação por raça no período medieval, as ideias ficam mais abstratas, talvez pela questão ainda não ter sido tão explorada (embora seja importante demarcar que existem trabalhos muito importantes já feitos sobre, como a obra de Robert Bartlett, a ser trabalhada aqui posteriormente, e também de Paul Gilroy), talvez pela ideia ainda não desconstruída de que aumentar o recuo temporal signifique também ter um maior distanciamento do contexto em pauta, ou talvez por alguma outra hipótese a ser levantada.

Adam Hochman é um autor que pensa na questão da raça no contexto medieval de maneira crítica a alguns de seus pares. Para ele, não podemos pensar em raça quando nos referimos à Idade Média, mas sim em grupos étnicos racializados, uma vez que a ideia racial nos remete a linearidades biológicas que não são definidas nem por religião, nem por ambiente (2020, p.10). Destarte, já adiantamos aqui tal diferença crucial para colocarmos ou não em termos de racismo o embate entre cristãos e muçulmanos no período medieval.

Seguindo a breve introdução feita acima, iremos trabalhar a partir de agora com a definição de raça e etnia, e de que forma elas podem ser usadas para pensarmos na construção de um discurso cristão de repulsa aos povos árabes. Inicialmente, reforçando o objetivo deste tópico, que é justamente de pensar etnia e raça de maneira conjunta, trazemos que “o grupo étnico vale-se de fatores biológicos e simbólicos para dar ‘sentimento coletivo de pertencer a um grupo cultural próprio’” (SOUSA, 1999, p.109 In ALBUQUERQUE, 2012 p.44). Dessa forma, inferimos que a etnia é definida podendo ter em vista elementos raciais, mas não tem foco apenas nesses.

A identidade é algo relacional, que está sempre em mudança, sendo revisitada e repensada, assim como a alteridade enquanto produto dessa também o é. Walter Pohl é outro autor com o qual dialogamos neste trabalho, considerando sua relevância nos estudos sobre identidade na Idade Média. Como o historiador pontua (2012), é necessário entendermos,

inicialmente, que alguns elementos costumam ser associados à etnia (semelhantes àqueles da raça), tais como língua, religião, leis, entre outros. No entanto, não necessariamente um grupo analisado deve seguir uma rígida similaridade de todos esses fatores entre si. Além disso, outro ponto fundamental é em que se caracteriza o embate entre cristãos e muçulmanos no período. Partindo disso, temos que

não é que a etnicidade não importasse no Oriente e fosse totalmente pervasiva no Ocidente. Ambos mundos foram dominados por fortes identidades religiosas que supostamente eram precedentes a quais laços étnicos. Deus não era o Deus de apenas um povo; todos eram chamados a seguir ele. Acreditava-se que o poder político era entregue por Deus através de Cristo ou de Maomé. Dentro desse espectro, lealdades étnicas podiam ter importantes papéis políticos (POHL, 2012).

Como um dos possíveis resultados disso, sabemos que a manutenção de alteridades distintas se deu ao longo de toda a Idade Média, tendo seu pontapé inicial dado na, assim entendida por tantos séculos, invasão de Roma pelos povos bárbaros. Para o período que estudamos nesta pesquisa, o bárbaro não é mais o germânico, godo, alamanos, ou outro grupo étnico dos primórdios medievais, mas sim é o muçulmano. Deduzimos então que o outro é sempre um elemento a ser reconsiderado, e que sua identidade é criada justamente como um espelho distorcido de si mesmo.

Dialogando com a ideia trabalhada acima, Michael Uebel, a partir de uma referência ao trabalho de Judith Butler, pensa no significado de ser o outro a partir não de uma identificação com os demais outros, mas sim como um resíduo da sujeição causada pelo ser dominante, “constituído pela força da exclusão e da abjeção, que produz um exterior constituinte do sujeito, um exterior abjeto, que está, afinal de contas, ‘dentro’ do sujeito como sua própria repulsa fundante” (BUTLER, 1993, In UEBEL, p.266). Sendo assim, podemos estudar o caso muçulmano dentro dessa perspectiva, onde o cristão seria o sujeito dominante, responsável pela produção de uma imagem dos árabes a ser vendida em seu discurso onde esses fossem identificados como os perturbadores da ordem, algo digno de punição.

Um ponto no qual muito a cristandade investiu para construir a identidade de árabes no contexto das Cruzadas foi o de uma potencial ameaça muçulmana à dita estabilidade cristã medieval, de tal maneira que fosse possível aliar alguns elementos até mesmo à desordem prevista pelo Apocalipse. Mesmo no discurso de Urbano II de convocação à primeira Cruzada, como já analisado, existe uma forte menção à busca pelas origens, uma vez que Jerusalém seria

um presente dado por Deus aos cristãos, desde primórdios cristãos. Dessa forma, era imperativo que a cristandade se unisse em prol de derrotar os muçulmanos, para mantê-los longe da já certa estabilidade da terra e do tempo cristãos. Em outra fonte mencionada por Uebel, uma carta do general Barbarossa para Saladino, no contexto da Terceira Cruzada, o comandante cristão se mostra estarrecido ao perceber que o sultão desconhecia o (tido pela cristandade como) fato de que os territórios sagrados eram garantidos aos demais cristãos. Em seguida, o general passa a enumerar eventos da história do Império Romano que provassem seu ponto (p.272). Destarte, podemos depreender do contexto uma certa urgência por estabelecer a superioridade de seu próprio grupo, mais um ponto chave para compreendermos a inserção de tais eventos num debate étnico e racializado.

Partindo de tal ideia, se faz necessário agora um esmiuçamento maior dos conceitos. Quando trabalhamos com a ideia de raça, sabemos que esse é um conceito usado vigorosamente para explicar a colonização no período moderno. Já etnia é algo mais amplo, definindo muito mais diferenças num sentido de divisão do espaço entre o “eu” e o “outro”, não necessariamente apontando para um caminho de isolamento, ou mesmo de caráter biológico, como podemos denotar do conceito de raça, a partir das definições que vimos acima. Pensando a partir disso, poderia nos parecer à primeira vista que as leituras de fontes e documentos da Idade Média nos apontariam para um caráter étnico ou racial, mas, quando nos atemos a essas leituras, percebemos que esses conceitos estão atrelados de uma maneira talvez quase indissolúvel.

Fazendo um apanhado geral, encontramos algumas questões fundamentais para pensar nos termos raça e etnia. Raça é um conceito que, de maneira ampla, teria sido usado desde o século XV para designar populações de traços físicos semelhantes ou de descendência de uma linhagem parecida. Já etnia é um termo que pejorativamente foi usado como sinônimo de raça por muito tempo, tendo sido ressignificado apenas no século passado. Anteriormente ele descrevia grupos não civilizados. A definição do conceito etnia como o conhecemos atualmente foi criada apenas no século XX, onde tal ressignificação passou a associar diversos termos à uma ideia de etnicidade, “tais como língua, território, economia, cultura, consciência étnica, organização política, urbana e social e estrutura familiar” (2015, p.25). Foi principalmente nas décadas de 1970 e 1980 que o termo etnia ganhou espaço em detrimento de raça, uma vez que este ficou fortemente associado ao genocídio nazista, além dos processos de colonização e escravização do período moderno. Etnia deriva de *ethnos*, termo grego que é definido “enquanto

conjunto de indivíduos humanos definidos pela sua origem e condição comum, amiúde imaginária” (2015, p.24).

Para exemplificar a discussão a ser travada em seguida, trazemos agora a utilização do termo sarraceno, que passou a ser amplamente usado para descrever os muçulmanos no período cruzadístico. Na Idade Média, tal conceito foi criado de maneira a descrever uma gama de grupos étnicos muito distinta entre si, embora por vezes tivessem algumas semelhanças ou afinidades. Como nos apresenta Jeffrey Jerome Cohen, Pedro, o Venerável, por exemplo, escreveu que esses povos compartilhavam erros, embora apresentasse uma confusão sobre qual termo usar para descrever o culto muçulmano - se seita, ou se heresia. Compartilhando da visão sobre os islâmicos que os cristãos do período medieval tinham, o que esse exemplo sobre o teólogo nos leva a saber numa pesquisa mais detalhada é que as populações árabes da Península Ibérica e do Oriente passaram a ser conhecidas apenas como sarracenos, ignorando assim suas diferenças culturais, num intuito de unificar todas as contrariedades ao cristianismo sob uma única sigla. Como veremos a seguir, outros adjetivos foram sendo associados a esses povos, a saber pagãos, bárbaros e infiéis. De todo modo, tais termos tinham um objetivo que o conceito de sarraceno já adiantava: reunir em uma única personagem a junção de todas as características ruins que levavam os povos árabes a serem o inimigo maior da cristandade.

Iniciando nossa discussão sobre raça e etnia, trazemos a obra do autor citado acima, Cohen. Como ele aponta, foram principalmente os estudos pós-coloniais que se dedicaram a pensar a construção da raça na França e na Inglaterra ainda no período medieval, e não apenas na Idade Moderna. A partir disso, pode-se perceber que existe uma grande evocação a argumentos racializados construídos dentro de uma criação de imagem de alteridade a partir de diferenças culturais, econômicas e sociais. Entendemos que, para o período medieval, assim como não podemos classificar um discurso enquanto meramente político ou religioso, uma vez que tais definições partem de um olhar historiográfico, também podemos classificar tais diferenciações de cultura, economia e organização social de maneira dissociada apenas sob nosso olhar de historiadoras/es, uma vez que todos esses conceitos se encontravam mesclados na cosmovisão medieval.

Para manter contato de sua leitura com outros historiadores que discorrem sobre a questão de um racismo medieval, Sobral apresenta de maneira breve duas obras que dialogam entre si, dos autores Friederich Hertz e Thomas Hahn. Segundo a leitura de Sobral sobre Hertz, o britânico entende que os inimigos dos cristãos eram classificados a partir de diferenças raciais,

sendo associados até mesmo com animais. Já Hahn se aprofunda mais ainda nas ideias de Hertz, conforme Sobral nos aponta. Para ele, existe aí um racismo muito mais enraizado, onde podemos encontrar na formação de Estados um meio de exclusão e perseguição de comunidades distintas “em termos de consanguinidade, leis e costumes” (2013, p.89).

Pensando agora numa definição de etnicidade para o período medieval, Ferreira (2015, p.87), nos aponta que uma

identidade étnica está mais fortemente atrelada à demarcação de diferenças, não no sentido de isolamento, mas no marco de fronteiras entre o ‘nós’ e o ‘outro’, e nesse sentido, a construção territorial/nacional é importante. A diferença acontece a partir da reflexão dos elementos que dão coesão, ou que supostamente são partilhados por um mesmo grupo, praticados e inventados. Dessa maneira, a etnicidade se apresenta na “atividade de produção, de manutenção e de aprofundamento de diferença cujo peso objetivo não pode ser avaliado independentemente da significação que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais” (POUTIGNAT, 1998, p. 40).

Seguindo tal definição, como vimos na discussão sobre raça feita anteriormente, podemos perceber uma grande similaridade entre as ideias de raça e etnia para o período medieval. Figueiredo continua o debate dizendo que “devido à generalidade do conceito, a noção de etnia pode estar relacionada a de raça, visto que ao considerar o aspecto biologizante como seletivo, a raça torna-se mais um aspecto da etnia, um aspecto ‘natural’ de diferenciação” (2013, p.87).

Uma dúvida inicial que se pode ter ao pensar na discussão sobre raça no período medieval é a de um possível anacronismo a ser cometido quando propomos que eram encontrados traços de racismo no período da Idade Média. É um desafio pensar a partir qual momento os conceitos podem ser empregados.”se não há existência da palavra, será possível afirmar que há uma prática, um uso da noção sem que a mesma ainda tenha sido criada e incorporada num sistema linguístico?” (FERREIRA, 2015, p.85) A pergunta que lançamos a partir dessa é: podemos pensar em termos de racismo para descrever o processo de criação de identidade pelos cristãos para os muçulmanos enquanto bárbaros, pagãos e infiéis, uma vez que tal conceito ainda não havia sido cunhado?

O que parece existir no período moderno é uma significação, ou melhor dizendo, uma esquematização do termo raça, onde ele passa a ser aplicado de maneira sistemática, ou seja, passa a existir um racismo propriamente justificado. No entanto, é necessário termos ciência que o debate sobre práticas racistas já existirem anteriormente às navegações às Américas e que

se faz importante demarcarmos nosso posicionamento frente à questão. Uma vez que etnia e raça são dois conceitos entendidos de maneira semelhante para o período medieval, acreditamos ser fundamental demarcarmos que a existência de um não anula o outro, ou seja: frisamos o ponto a ser trabalhado daqui em diante de que a questão ser étnica não exclui a possibilidade de características racializadas serem encontradas em seu discurso.

Numa leitura feita por Ferreira de Philippe Poutignat, a autora discorre sobre a preferência pelo termo etnia em detrimento de raça. Conforme ela nos traz, “Poutignat afirma que, por vezes, utiliza-se o termo etnia para evitar a conotação genética – biológica – da palavra raça, mas que isso de forma alguma impediria a chegada das mesmas significações” (2015, p.88). Dessa forma, entendemos que quando nos referimos a etnias distintas para falar desse contexto não estamos ignorando a presença de características racializadas dos discursos cristãos medievais.

Para Robert Bartlett, a raça na Idade Média se tratava de uma junção de fatores como língua, lei, poder e sangue. Considerando que tais características não eram visíveis fisicamente, o autor busca aí já fazer uma diferenciação com o racismo moderno, que é muito mais preocupado com fisiologia e cor de pele (COHEN, 2001, p.135), embora também exista nessa construção a exposição de características racializadas. Geraldine Heng, ainda numa leitura de Cohen, aprofundando-se nessa questão, aponta que as diferenças raciais eram evocadas no discurso cristão de maneira até mesmo obsessiva, no intuito de demarcar a distinção entre os corpos serem vistas, especialmente a partir do século XIII (p.117).

José Manuel Sobral nos diz que podemos sim falar numa ideia de racismo medieval, uma vez que “se fariam, por exemplo, conexões entre a aparência física exterior e os traços ‘internos’, especialmente de caráter moral (Hoppenbrowsers 2007, p.45-62)” (2013, p.87). Ainda nessa página, Sobral continua discorrendo sobre a questão nos apontando que os cristãos se consideravam superiores racialmente em relação a seus inimigos bárbaros e infiéis, sendo esses os conceitos abordados por nossa pesquisa como produto das fontes aqui estudadas. Pensando por esse viés, é necessário demarcarmos dois pontos: em primeiro lugar, que existe uma diferença entre um etnocentrismo/xenofobia com os inimigos dos cristãos de um racismo propriamente dito, onde existe uma caracterização a partir da dita pureza de sangue; em segundo lugar, podemos mesmo pensar numa linguagem de raça, ou seja, compreender que existe nos discursos da Idade Média o uso de termos racializados, mas isso que se diferem dos discursos construídos no século XIX, por exemplo, pautados num racismo dito científico, onde o que

estava em xeque era de fato uma disputa por superioridade de raça, e não um “acréscimo” de visões raciais a um debate étnico, como encontramos no contexto medieval.

Na leitura de Bartlett, podemos perceber que o autor considera muito mais ressaltar a semelhança entre etnicidade e raça, atendo-se à sua preocupação de demarcar como não se pode falar apenas sobre um ou outro. Cohen critica o trabalho de seu antecessor, porque, segundo ele, Bartlett teria deixado de lado a questão racial, o que poderia ter se dado por esse trabalho focar numa análise sobre os cristãos, deixando de lado o olhar do outro (2001, p.116). Tendo levantado tais pontos, chegamos neste ponto à questão chave deste tópico: a representação dos muçulmanos pode ser lida como algo racial ou étnico? Indo mais afundo, e buscando trazer tais discussões para o debate que levantamos nesta pesquisa especificamente, perguntamos: as Cruzadas podem ser lidas como lutas contra uma raça ou contra uma etnia?

Explanando a resposta para as perguntas acima, dizemos que: entendemos a questão sim enquanto étnica, mas isso não exclui a presença de visões racializadas dos cristãos sobre os muçulmanos. Nosso foco será a partir agora, portanto, não definir como a identidade presente nas fontes estudadas aqui, especialmente enfocando nesse caráter no próximo tópico, se encaixa num debate somente étnico ou somente racial, mas sim problematizar a racialização dos corpos no período medieval e, para o nosso caso, dentro das Cruzadas, entendendo que existe uma inscrição racial sobre corpos que na historiografia contemporânea podem ser compreendidos no escopo dos estudos étnicos.

O caráter racial é algo inscrito nos corpos inimigos de maneira biológica, mas não se atém apenas a isso. Considerando as discussões sobre raça e etnia na Idade Média, temos que traços racializados podem ser encontrados na biologia dos corpos, mas que a disputa étnica é formada por diversos outros fatores, como mencionado anteriormente. E já que iremos abordar de maneira mais incisiva a partir de agora a inscrição da racialidade nas disputas étnicas do período medieval, vale tomar nota que determinados fenótipos foram usados para sustentar a construção de uma identidade árabe pelos cristãos, e tais atribuições são racializadas desde aí. Como Cohen nos apresenta,

a composição médica do corpo e cor de pele foram na verdade essenciais para a construção de diferenças durante boa parte desse período [medieval], especialmente na representação cristã dos judeus que viviam em seu meio (*gens Judaica*) e dos ibéricos e muçulmanos orientais (*Saraceni*). (2001, p.116).

Quando falamos sobre o mundo árabe, é importante demarcar que se trata de uma extensão de muitas regiões, não apenas nos dias atuais, mas desde o período medieval. Sendo assim, não poderíamos imaginar uma única representação física de árabes, mas sim diversos caracteres que poderiam ser assumidos por esses povos. Partindo disso, Cohen discorre sobre alguns exemplos de como os cristãos associavam a cor de pele de alguns muçulmanos a um comportamento demonizado. Existe uma monstruosidade fortemente evocada quando se fala de pessoas de cor escura para descrever o Oriente muçulmano. Embora se soubesse que os árabes tinham diferença de cor entre si, geralmente eles eram descritos com a cor dos etíopes e seus traços físicos eram exagerados e bem demarcados, no intuito de criar um estereótipo racial que representaria o mundo árabe (2001, p.119).

Outro exemplo claro da demarcação de características racializadas para os árabes que o autor aponta é a recusa em aceitar casamentos de cristãos com muçulmanos e judeus no período medieval, associando tais uniões à bestialidade e sodomia, um ato punível com morte. Nesse ponto, o autor apresenta um porém para a questão. Embora associações matrimoniais de cristãos com judeus e muçulmanos fossem proibidas, na literatura da época esse contato era muito explorado, mas na maioria das vezes demarcando que logo os outros com quem os seguidores da cristandade se envolveram se converteram ao Cristianismo. Muitas vezes, as muçulmanas eram representadas como esposas de heróis, e, neste momento, eram retratadas como inteligentes e educadas (sendo essas características das quais muitas vezes se privava os árabes no discurso construído sobre eles) (2001, p.120-121).

Para ilustrar a racialização dos cristãos sobre os muçulmanos, Cohen evoca dois exemplos da literatura medieval. O primeiro deles se trata de um romance de cavalaria, traduzido para o português como *O rei de Alcatrão*. A passagem mencionada dessa obra é a do casamento de um sarraceno com uma cristã. Para poder se casar com a donzela, o muçulmano aceita se converter ao Cristianismo e, após seu batismo, sua pele instantaneamente deixa de ser preta para ser branca. O segundo exemplo é a forte demonização da personagem Sultana no *Conto sobre o Magistrado* que consta nos *Contos da Cantuária* de Geoffrey Chaucer (2001, p.121).

O autor ainda nos chama a atenção para uma outra questão. A racialização de muçulmanos provia, além de tudo, uma forma de entretenimento para os cristãos, o que Slavoj Žižek vê como parte de um mais-de-gozar. Seguindo,

violência étnica e racial, Žižek argumenta, são tentativas de arrebatrar ou destruir (“desferir um golpe contra”) o que poderia ser chamado de um “insuportável mais-de-gozar” do outro. Poderosas fantasias estruturam a relação entre sujeitos e seu próprio entretenimento “perdido” o que (frente a todas as evidências contrárias) eles veem como ser possuído por esse outro. Perseguição, racismo, e genocídio são assim nunca simplesmente redutíveis a motivos racionais, políticos, religiosos ou econômicos (2001, p.129).

O conceito mencionado acima por Žižek, o mais-de-gozar, vem ao encontro do que nos propomos a pensar a partir de agora. Esse termo foi cunhado por Jacques Lacan, e descreve um fenômeno onde existe uma contemplação do que não se é/tem para assim enaltecer o que se é/tem. Sendo assim, associando tal ideia ao contexto medieval e, mais especificamente, à criação da identidade árabe, podemos entender melhor ao que Cohen se refere quando fala de uma geração de entretenimento para os cristãos nesse processo de demonizar os muçulmanos. O ser/ter estaria dado nos cristãos enquanto dotados de virtudes como bondade, paciência, compaixão, dentre outras qualidades, inscritas neles por meramente serem seguidores da cristandade (embora isso não significasse que eles poderiam deixar de exercitar sua fé, mas bem pelo contrário, deveriam se esforçar para cumprir as ações demandadas pela Igreja). Já os muçulmanos seriam responsáveis por representar o que não se era/tinha, ou seja, figuras demoníacas, malvadas, violentas, entre outras características.

Tendo acesso a narrativas sobre os árabes, os cristãos criavam assim um imaginário sobre o mundo muçulmano onde não existia a necessidade de ser como eles para saber o significado disso. O prazer era encontrado no próprio processo de não chegar a ser, mas sim estudar de longe, analisar, compará-los consigo mesmos para saber que não eram assim e que, por causa disso, eram melhores que seus inimigos. Aliás, mais do que melhores, eram aptos a vencê-los, deveriam derrotá-los, uma vez que a exegese bíblica assim entendia a questão, aqui falando especificamente sobre as Cruzadas.

Tal exegese tem um grande eco no processo cruzadístico; por exemplo, num tom de clamor, Urbano II convoca os francos para vingar os cristãos prejudicados e recuperar seus territórios, em seu discurso em Clermont chamando as Cruzadas, afirmando que essa raça era possuidora de glória, coragem e força física para humilhar quem não aceitasse tais condições (FLETCHER, 2003, p.99-100). Nesse discurso, o papa exorta os cristãos do Oriente, que tiveram suas terras exploradas pelos muçulmanos, descritos como perversos e alienados da fé cristã: “ó, raça dos Francos, raça de além das montanhas, raça amada e escolhida por Deus”.

Podemos depreender dessa exortação o apelo à imagem dos cristãos como os escolhidos, exclusivos, designados por Deus para serem seus seguidores na terra. Tal construção é muito importante para fortalecer as narrativas feitas sobre o mundo árabe, dessa forma tanto fazendo seu papel em gerar mais entretenimento, um mais-de-gozar de fato, como em atribuir mais confiança nos cristãos para que seguissem na sua luta contra os inimigos de Deus (nesse contexto entendidos como os muçulmanos).

Tal noção existente na Idade Média de que existiam culturas melhores ou piores é um processo semelhante, por exemplo, ao

do racismo e do racismo, sendo o racismo a visão de que o mundo é dividido por raças, e o racismo a inferiorização de uma raça por sua constituição. Por isso, a religião no período medieval talvez seja um viés de entrada para pensar num possível racismo, um racismo de cunho teológico, mas combinado com as noções de nação/povo e identidade étnica (FERREIRA, 2015, p.91).

Tendo levantado essa citação gostaríamos de assim retomar a ideia que propusemos anteriormente, e que também é a resposta à pergunta principal feita por este tópico. Existe uma combinação dos conceitos de raça e etnia para o período medieval, e tal relação dificilmente poderia ser desassociada. Quando pensamos sobre a Idade Moderna, o debate sobre raça parece se diferenciar um pouco daquele sobre etnia, nos dando assim mais argumentos para defender que determinadas relações tenham se pautado em um caráter estritamente racial. No entanto, quando falamos sobre a Idade Média, é necessário ter em vista que raça era um termo evocado constantemente nos discursos medievais e que descrevia povos não apenas por traços físicos, ou seja, características biológicas, mas também trabalhava com outros fatores, principalmente a diferenciação religiosa de cristãos com os demais.

Tal ponto é muito relevante para nossos estudos, nos esclarecendo que a linha que divide o debate étnico do racial é tênue. No entanto, ainda temos um ponto que nos permite entender por que a questão se estabelece como étnica, embora dotada de características racializadas também: não é por meramente serem muçulmanos que esses árabes são confrontados pelos cristãos. É pela ameaça que eles representam à conquista e manutenção de territórios considerados sagrados para a cristandade. A ameaça à uma pretensa estabilidade do cristianismo, seja ela pautada em uma exegese bíblica que prevê nos povos árabes o grande inimigo para a conquista da escatologia cristã, seja ela pautada no entretenimento gerado pela tensão constituinte desse mais-de-gozar, é por si a responsável pelos conflitos vivenciados no Oriente. Sendo assim, elementos racializados são usados para constituir o discurso da guerra

santa contra os inimigos muçulmanos, mas não são a força motriz das Cruzadas. O que cumpre o papel de motivador nesse caso é a ocupação de Jerusalém e demais territórios santos orientais pelos muçulmanos, não sua existência por si só. Sendo assim, gostaríamos de frisar novamente que, embora tenhamos buscado dar uma atenção maior à racialização presente nos discursos cristãos da época, o que nos propusemos neste trabalho foi pensar na questão étnica de maneira conjunta a essa racialidade de sujeitos árabes feita pelos seguidores da cristandade, que almejou inscrever nesses corpos um discurso repleto de demonização dos muçulmanos e assim justificar o confronto que cruzados deveriam traçar contra a etnia desses pagãos, bárbaros e infiéis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cruzadas formaram um processo de diversas expedições feitas a Jerusalém no intuito de retomar a Terra Santa para os cristãos, que havia sido perdida para os muçulmanos ainda no século VII da cristandade. Mais precisamente, foram nove, sem contar a cruzada albigense e a mística das crianças. No entanto, cada uma delas tem sua especificidade, algo que buscamos retratar neste trabalho, com seu enfoque na Terceira.

Entender cada processo histórico dentro de sua historicidade é fundamental no trabalho de historiadoras/es. Nesse sentido, o que nos propusemos a estudar nesta pesquisa foi a forma como, dentro da Terceira Cruzada, a identidade árabe que já havia sido criada anteriormente pelos cristãos para legitimar o discurso cruzadístico foi aproveitada. Dentro disso, uma série de processos devem ser entendidos.

Nossa discussão partiu, inicialmente, de uma busca pelo entendimento do que são as cruzadas em si. Nesse escopo, aparece a definição do processo cruzadístico enquanto guerras santas, uma ideia extensamente trabalhada aqui a partir da perspectiva de Jean Flori em sua obra *Guerra santa*. Concordamos com o autor no que concerne às cruzadas se diferenciarem das demais guerras pelo objetivo de conquistar Jerusalém, bem como de serem uma guerra santa no sentido de já terem uma santidade por si só e, dessa forma, discordando da autora Cécile Morrisson quando ela apresenta em *Cruzadas* que os cruzados participavam do processo para garantir esse estatuto santo recebido como intermédio pela figura papal, quando, na verdade, eles recebiam diretamente de Deus naquele momento. No entanto, não partilhamos a ideia do medievalista de que uma mentalidade cruzada estivesse presente no Ocidente antes mesmo desse processo ter sido efetivamente convocado, em 1095, como se as cruzadas fossem um ponto de chegada dentro de um viés teleológico de evolução da guerra justa à guerra santa.

Alguns elementos fundamentais da cruzada estavam sim presentes anteriormente ao discurso em Clermont de Urbano II, entretanto não podemos pensar no processo como algo desenvolvido por etapas lineares, mas sim como algo que é fruto de seu próprio momento histórico.

Seguindo a discussão, ainda no primeiro capítulo buscamos pensar melhor a criação da identidade árabe pelos cristãos e entender de que forma ela legitimou o discurso de convocação das cruzadas. Embora nessa parte do trabalho tenhamos nos voltado para a Primeira Cruzada, tal estudo foi pensado no intuito de vislumbrar melhor as ideias que circulavam a mentalidade cruzada e que são comuns na Terceira Cruzada, que é o nosso enfoque. Analisando as fontes, conseguimos perceber três conceitos que se destacam para criar a imagem do árabe, a saber pagão, bárbaro e infiel. Eles foram usados de forma sincrética, ou seja, embora sendo distintos, buscavam fortalecer o discurso dos muçulmanos enquanto os causadores da desordem, os profanadores da cristandade, enfim, o inimigo que deveria ser derrotado pelo cristianismo. Percebemos a efetividade de tal discurso na narrativa das fontes sobre a Terceira Cruzada, onde os combates foram aderidos ardorosamente pelos cavaleiros, tendo em vista também alcançar a santidade proposta pelo processo cruzadístico enquanto uma guerra santa em si.

No capítulo seguinte, nos propusemos a analisar de forma mais específica o contexto militar da Terceira Cruzada, sem deixar de lado o viés da história política sobre a questão. Dentro dessa especificidade, analisamos no primeiro tópico a forma como os cruzados viram essa etapa cruzadística. Nesse momento, buscamos entender como as disputas militares aconteceram entre os anos de 1189-1191, quais foram os momentos cruciais para o confronto e de que forma a autoridade do rei Ricardo estava sendo construída no contexto. A partir daí, pudemos ver como no massacre de muçulmanos em Acre, por exemplo, os cristãos estavam imbuídos da mentalidade cruzada do inimigo árabe como o outro a ser eliminado, tendo eles se regozijado na morte de 2700 sarracenos.

Por fim, no segundo subtítulo do segundo capítulo, nosso trabalho se voltou a perceber as relações políticas travadas por Ricardo dentro do contexto militar. Nesse sentido, recuamos à partida do rei Felipe para a França como forma de compreender onde o inglês estava inserido, como era sua relação com os cruzados franceses e o que se alterou quando ele permaneceu no Oriente como única figura real ocidental. Pudemos entender a partir desse estudo que, embora sua importância tenha crescido significativamente nesse momento, em parte pelo rancor que os francos, até mesmo os próprios franceses, nutriram pela partida prematura do rei para casa, em parte pelo trabalho agora ser realizado por um único comando real, o motivo pelo qual seu nome seja o mais lembrado quando se fala na Terceira Cruzada é outro. Nesse momento voltamos nosso olhar ao estudo historiográfico e concluímos que o renome da figura de Ricardo,

conhecido pelo epíteto de Coração de Leão, é tido a partir do fortalecimento do discurso das fontes ocidentais sobre as cruzadas da própria historiografia e, em especial da tradicional, com Carl Erdmann por exemplo como um de seus principais expoentes, e de historiadores ingleses que se propõem como uma renovação desta, tendo nomes de destaque como Steven Runciman e Jonathan Riley-Smith em sua produção bibliográfica. Encerrando o capítulo, buscamos perceber brevemente como Ricardo era percebido pelos próprios árabes, visualizando a questão a partir da forma como Saladino descreveu o rei inglês, demonstrando um grande respeito pelo oponente, o que nos permite perceber de forma mais atenta como o contato entre cristãos e muçulmanos era vivenciado na época.

No terceiro e último capítulo, nosso trabalho buscou pensar a inserção dos conceitos trabalhados anteriormente, como bárbaro, pagão e infiel na construção de uma identidade árabe pelos cristãos de forma conjunta aos debates historiográficos atuais sobre etnia e raça. A partir das diferenciações levantadas, pudemos perceber que, embora a racialização esteve presente na construção do discurso cristão sobre muçulmanos, não foi por um conflito essencialmente racial que as Cruzadas e o embate entre integrantes dessas religiões se deu, mas sim por uma disputa envolvendo poder e controle de territórios sagrados.

Gostaríamos de encerrar este trabalho pontuando que a Terceira Cruzada contribuiu profundamente na criação de uma identidade árabe pelo lado cristão, tendo uma nova tentativa de retomar Jerusalém sido desencadeada uma década após o final dessa justamente pela mentalidade corrente na época de que os árabes eram inimigos a serem destruídos para se ter acesso direto a Deus, pelo lado dos cavaleiros, e para manter o nome da cristandade, para um todo. Embora cristãos estivessem lutando juntos enquanto cruzados, diversos foram os momentos de embates entre eles, a exemplo dos confrontos entre franceses e ingleses aqui retratados. A Terceira Cruzada foi falha no objetivo de retomar Jerusalém mas, dentro de uma lógica de guerra santa, se apresentou como parte essencial de um processo que visava promover a imagem de muçulmanos enquanto inimigos da cristandade. Não foi dessa vez que a Terra Santa foi retomada para os cristãos, mas a santidade da guerra se manteve e permitiu que, posteriormente, novas expedições cruzadísticas fossem lançadas para buscar reconquistar a cidade e, mais que isso, teve seu legado mantido com a criação de uma identidade para os árabes que ainda hoje é usada em discursos que pregam a repulsa ao outro.

REFERÊNCIAS

Fontes

Audita tremendi. In: BIRD, J.; PETERS, E.; POWELL, J. M. Crusade and Christendom: Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291. Disponível em: <http://pennpress.typepad.com/pennpresslog/2013/04/medieval-monday-pope-gregory-viii-audita-tremendi-and-the-third-crusade.html>.

De Expugnatione Terrae Sanctae per Saladinum: Capture of Jerusalem by Saladin, 1187. In: BRUNDAGE, J. The Crusades: A Documentary History. Wisconsin: Marquette University Press, 1962. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1187saladin.asp>

Ekkehard of Aurach: On the Opening of the First Crusade. In: ROBINSON, J. H. Readings in European History. Boston: Ginn and company, vol. 1, 1904. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/ekkehard-aur1.asp>

Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi: Muslim Hostages Slain at Acre, 1191. In: BRUNDAGE, J. The Crusades: A Documentary History. Wisconsin: Marquette University Press, 1962. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191hostages.asp>

_____. *Philip Augustus Returns to France*, 1191. In: _____. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191philaug.asp>

_____. *Richard the Lion-Hearted Conquers Cyprus*, 1191. In: _____. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191cyprus.asp>

_____. *Richard the Lionheart Makes Peace with Saladin*, 1192. In: _____. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1192peace.asp>

_____. *The Siege and Capture of Acre*, 1191. In: _____. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/1191acre.asp>

Urban II: Speech at Clermont 1095 (Robert the Monk version). In: ROBINSON, J. H. Boston: Ginn and company, 1904. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/urban2a.asp>

Bibliografia

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões; MARTINS, Miguel Gomes (orgs.). *Guerra e poder na Europa medieval*: das Cruzadas à guerra dos 100 anos. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37383/1/Cap%C3%ADtulo%201.%20A%20Batalha%20de%20Hattin%20\(1187\).pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37383/1/Cap%C3%ADtulo%201.%20A%20Batalha%20de%20Hattin%20(1187).pdf)

ALBUQUERQUE, Isabela Dias de. A utilização do conceito de identidade nos estudos sobre Idade Média: um olhar sobre a Inglaterra no período de Alfred, o Grande (871-899). *Plêthos*, v 2, nº1, 2012, p.38-51.

ARMSTRONG, Karen. *O Islão*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ARNALDI, Girolamo. Igreja e papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 1, 2017, p.632-657.

BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BOUREAU, Alain. Fé. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 1, 2017, p.459-472.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: _____, p.529-545.

CHAVES, Thiago de Sousa Ribeiro. *A Primeira Cruzada e o Reino de Jerusalém: novas perspectivas historiográficas*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308184019_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf

COHEN, Jeffrey Jerome. On Saracen Enjoyment: Some Fantasies of Race in Late Medieval France and England. *Journal of medieval and early modern studies*, 2001, p.113-146.

ECO, Umberto. *Idade Média: bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

FIGUEIREDO, Carolina Ferreira de. Definindo alteridade: um estudo sobre as noções de raça e etnia nas Siete Partidas e na Primera Crónica General de España de Afonso X. *Faces da História*, v. 2. nº 2, 2015, p.83-99.

FLETCHER, Richard. *A cruz e o crescente*. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2003.

FLORI, Jean. *A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.

_____. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 1, 2017, p.210-226.

_____. *Guerra Santa: Formação da ideia de Cruzada no Ocidente cristão*. São Paulo: Unicamp, 2013.

_____. Jerusalém e as Cruzadas. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 2, 2017, p.9-29.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *As Cruzadas*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GAJANO, Sofia Boesch. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 2, p.504-521.

GENET, Jean-Philippe. Estado. In: _____, v.1, p.444-458.

GUICHARD, Pierre. Islã. In: _____, p.703-721.

HOCHMAN, Adam. Is “race” modern? Disambiguating the question. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 2020, p.1-20.

HENG, Geraldine. The Invention of Race in the European Middle Ages I: Race Studies, Modernity, and the Middle Ages. *Literature compass*, 2011, p.258-274.

HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOBRICHON, Gombrich. Bíblia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 1, 2017, p.120-134.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4ª ed., 2017.

_____. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 2, 2017, p.441-464.

LEWIS, Bernard. *Islam and the west*. Nova York: Editora da Oxford, 1993.

LUSCOMBRE, Dave.; SMITH-RILEY, Jonathan. (ed.). *The new Cambridge medieval history: part 1-2*. Cambridge: Editora da Cambridge, v. 4, 2008.

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MIATELLO, André Luis Pereira. *A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à docência*. Revista Chilena de Estudios Medievales, nº11, p.68-90, 2017.

MORRISSON, Cécile. *Cruzadas*. Rio Grande do Sul: L&PM, 2011.

PEREIRA, Rosalie Helena de Sousa. *O Islã Clássico: Itinerários de uma Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester Knox; ROSENWEIN, Barbara Herstein (orgs.). *La Edad Media a debate*. Akal, 2003, p.35-49.

_____. Introduction: ethnicity, religion and empire. In: GANTNER, Clemens; PAYNE, Richard; _____ (orgs.). *Visions of Community in the Post-Roman World: the West, Byzantium and the Islamic World, 300-1100*. Farnham: Ashgate, 2012.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas: A Primeira Cruzada e a fundação do reino de Jerusalém*. Rio de Janeiro: Imago, v.1, 2003.

_____. _____. *O reino de Jerusalém e as últimas Cruzadas*. Rio de Janeiro: Imago, v.3, 2003.

SALLES, Bruno Tadeu. *Constituir a amizade, romper os vínculos, estabelecer o compromisso: a dinâmica dos equilíbrios senhoriais sob a perspectiva das comendadorias templárias de Vaour, Richerenches e Bayle (séculos XII e XIII)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências (tese de doutorado), 2013.

SCHMITT, Jean Claude. Deus. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, v. 1, 2017, p.338-357.

SILVA, Manuel Carlos. Etnicidade e racismo: uma reflexão pró-teórica. In: _____; SOBRAL, José Manuel (orgs.). *Etnicidade, nacionalismo e racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Edições Afrontamento, p. 21-74.

SILVEIRA, Aline Dias da. *Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais*. São Paulo: Revista brasileira de História, v.36, nº72, 2016.

SMITH-RILEY, Jonathan. *The First Crusade and the idea of crusading*. Londres: Continuum, 2003.

_____. *What were the Crusades?* Ignatius: 4ªed, 2009.

SOBRAL, José Manuel. Exclusão e discriminação no período medieval. In: SILVA, Manuel Carlos; _____ (orgs.). *Etnicidade, nacionalismo e racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Edições Afrontamento, p. 87-89.

STARK, Robert. *The case for the Crusades*. SBJT, p.9-28, 2016.

UEBEL, Michael. Unthinking the Monster: twelfth-century responses to saracen alterity. *University of Minnesota press*, p.264-291.

WEEDA, Claire. *Images of ethnicity in later medieval Europe*. University of Amsterdam, (tese de doutorado), 2012.